

EXTRA

25
Anos

CLASSE-ORG-BR

ANO 26 | Nº 260 | DEZEMBRO DE 2021

ENTREVISTA

Mauro Morelli: As mudanças só virão de baixo, das comunidades, das periferias e dos descartados

ARTE +

Exposição nacional de desenhos celebra os 85 anos de Luis Fernando Verissimo

Foto: Igor Sperotto

Quem tem medo da reforma agrária

O Estado brasileiro é refém do capital financeiro e do modelo predador de agronegócio, que impedem a democratização do acesso à terra

EDITORIAL

Reforma agrária em 13 tópicos

O acesso das populações pobres à terra para a produção de alimentos, por sua representatividade política e econômica, sempre incomodou as elites econômicas e o Estado brasileiro, que fazem de tudo para impedir a reforma agrária – desde o período do Brasil Colônia até a atualidade. Essa interdição, histórica e invariavelmente, tem recorrido à imposição de medo, espalhado desinformação e produzido muita violência.

A posse da terra é um instrumento de poder econômico, base para a produção agropecuária e para a extração mineral. Logo, também é um poder de natureza política, que interfere na vida de todas as pessoas.

É o que ensina o agrônomo, cientista social e pesquisador da reforma agrária, Adalberto Martins. Ele é uma das fontes mais elucidativas sobre as questões agrárias do país desde o Brasil Colônia até os dias atuais e ajuda a demonstrar quem tem medo da reforma agrária – tema da reportagem de capa desta edição.

“Se observarmos o Brasil desde os tempos da escravidão, sempre foi vedado, impedido e dificultado às populações pobres o acesso à terra”, sublinha Martins, que também é especialista em agroecologia e doutor em Geografia.

O Brasil e a América Latina vivem “uma contrarreforma agrária estimulada pelos mercados financeiros” e, ao contrário do que muitos pensam e divulgam, a reforma agrária não é coisa de “comunistas”.

“Entre os países capitalistas que adotaram diferentes modelos de reforma agrária e que isso contribuiu para seu desenvolvimento econômico, estão Estados Unidos, Coreia do Sul, Japão, Israel, Alemanha, Espanha, França, Itália, Inglaterra, Irlanda, países escandinavos, entre outros”, aponta.

A foto de capa desta edição, de Igor Sperotto, registra a colheita do arroz orgânico do MST nos assentamentos da reforma agrária em Nova Santa Rita (RS).

Esta edição traz, ainda, uma entrevista exclusiva com o bispo da Diocese de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, Dom Mauro Morelli, o esvaziamento das licenciaturas e das carreiras docentes e destaques da educação. Confira também: Arte Mais, Fraga, Verissimo, Weissheimer, Edgar Vasques, Rafael Corrêa, Rafael Sica, Santiago.

Boa leitura!

Prêmios

A reportagem *Agrotóxicos: o veneno está no ar, no solo, na água e na mesa dos gaúchos*, do jornalista Thiago Kern Copetti, com fotos de Igor Sperotto, publicada na edição de abril de 2021, ganhou o 3º lugar no Prêmio Amrighs de Jornalismo na categoria Jornal/Revista. A cerimônia foi realizada no dia 27 de outubro.

O *Extra Classe* também é finalista do 1º Prêmio Themis de Jornalismo, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, na categoria Especial – *Iniciativas do Poder Judiciário durante a pandemia*, com uma série de reportagens do jornalista Gilson Camargo sobre as ações do TJRS contra o retorno precoce às aulas presenciais durante a pandemia. Os outros finalistas foram Carlos Rollsing (*Zero Hora/GZH*) e Eduardo Matos (*GZH/Zero Hora/Rádio Gaúcha*). O resultado da premiação foi divulgado após o fechamento desta edição. Em 25 anos, o *Extra Classe* recebeu 45 prêmios de jornalismo.

03 EXTRAPAUTA

De Temer a Bolsonaro, gastos com militares aumentaram 250%

04 ENTREVISTA

Mauro Morelli: As mudanças não virão de Brasília, mas das periferias

08 EDUCAÇÃO

A desvalorização e o esvaziamento de sentidos da carreira docente

11 WEISSHEIMER

A guerra do Brasil e a naturalização da barbárie

12 ESPECIAL

Quem tem medo da reforma agrária

18 ENSINO PRIVADO

Professores definirão receitas do Sinpro/RS para 2022

22 ROLIM

Justiça

23 ARTE +

O escritor Luis Fernando Verissimo pelo traço de 85 cartunistas

26 FRAGA

Expectativas

EXTRA
CLASSE-ORG-BR

REDAÇÃO: extraclass@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Editor de fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Estágio em Jornalismo: Douglas Schütz

Colaboradores: Flávio Ilha, Marcelo Menna Barreto e Stela Pastore

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio

Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283

extraclass@sinprors.org.br

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 25 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e das matérias assinadas é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclass.org.br](https://www.extraclass.org.br) fb.com/jornalextraclass instagram.com/jornalextraclass

Militares I

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou, no dia 11 de novembro, R\$ 3,6 bilhões em emendas ao projeto da Lei Orçamentária de 2022 (PLN 19/2021). Os gastos autorizados no Orçamento da União com a rubrica "Defesa Nacional" por meio de emendas parlamentares para as três armas totalizam R\$ 636,5 milhões, de acordo com o portal Siga Brasil, do Senado Federal. É o maior volume de recursos destinados aos militares nos últimos seis anos. Em 2016, o então deputado federal Jair Bolsonaro garantiu R\$ 1,132 milhão para a compra de um fixador de crânio no valor de R\$ 32 mil e um microscópio de R\$ 1,1 milhão ao Hospital Central do Exército, no Rio de Janeiro.

Militares II



Bia Kicis (PSL-SP): R\$ 200 mil em grama sintética para o campinho de futebol dos marinheiros

Entre os parlamentares que mais destinaram recursos aos militares no governo Bolsonaro, estão a deputada Bia Kicis (PSL-SP), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Federal: R\$ 199.999 à Marinha, referentes a um "serviço comum de engenharia de fornecimento e instalação de grama sintética em campo de futebol soçaite". Em 2020, Carla Zambelli (PSL-SP) emplacou emenda de R\$ 200 mil para que uma Fundação ligada à Ufrgs tocasse o Programa Antártico Brasileiro (Proantar). Luiz Philippe De Orleans e Bragança (PSL-SP) obteve R\$ 1,4 milhão para a reforma da Ilha Fiscal pela Marinha. A lista é grande, pois todo parlamentar tem direito a apresentar emendas. Nenhum é de oposição.

De Temer a Bolsonaro, gastos com Forças Armadas cresceram 250%

Em 2020, os repasses de recursos do Orçamento da União às Forças Armadas por meio de emendas parlamentares foram ainda maiores: R\$ 668,5 milhões, e já representavam um aumento de 251% das despesas com as Forças Armadas em 2015. Naquele ano, os parlamentares garantiram cerca de R\$ 265,5 milhões às três armas.

Um levantamento do site Congresso em Foco junto ao portal Siga Brasil, do Senado Federal, e o Portal da Transparência, o qual reúne a lista das emendas apresentadas e revelam os padrões que asseguram que os valores cheguem ao controle dos militares, demonstra: "A maior parte destes valores acaba em projetos na região da Amazônia, em construções que vão de asfaltamento de ruas à construção de um shopping popular no interior do Mato Grosso".

De acordo com o cruzamento de dados, o número de emendas também cresceu exponencialmente desde o primeiro ano de Michel Temer (MDB). "No orçamento de 2016, eram 81 emendas designadas como 'Defesa Nacional'; em 2017, 276; no ano seguinte, 328; em 2019, 540; em 2020 – o primeiro Orçamento feito sob o governo de Jair Bolsonaro, já eram 764; neste ano, uma redução levou a 665 emendas, número 820% maior que há cinco anos atrás", constata o levantamento, ressaltando que pode haver diferenças entre o valor autorizado e o realizado.

Porém, o aumento se verifica também nos valores efetivamente encaminhados: em 2020, foram empen-

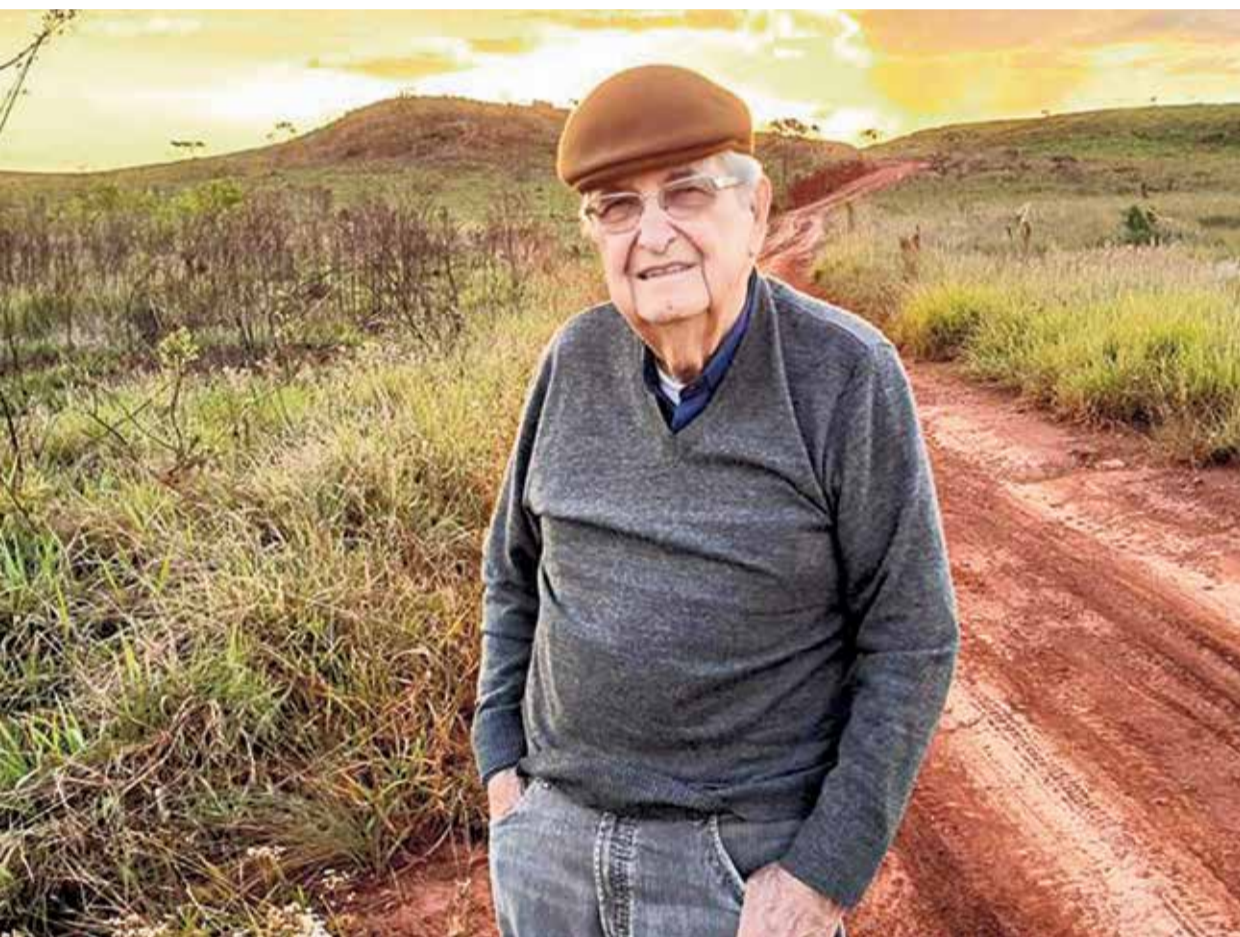
nhados quase R\$ 664 milhões, e o valor pago com emendas de defesa atingiu R\$ 316 milhões. Esse montante engloba as despesas pagas (R\$ 82 milhões) e as contas de anos anteriores (R\$ 234,7 milhões).

Desde 2015, o nome do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) aparece em 22 dessas emendas e o do senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), em 14. Jair Bolsonaro é autor de 61 emendas, além daquelas que despejaram mais de R\$ 2,3 milhões no Hospital do Exército. Emendas do relator, denominadas "Orçamento Secreto", somam mais de R\$ 529 milhões para "Defesa Nacional" em 2020 e 2021.



Tropas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica em manobras no Navio-Aeródromo Multipropósito Atlântico, durante a Operação Poseidon 2021

Pastor das periferias e dos descartados



Fotos: Denis Cândido da Silva

por Marcelo Menna Barreto

Aos 86 anos, Dom Mauro Morelli não poupa adjetivos, ironias ou fino humor quando indagado sobre as mazelas do país – fome, política, ambiente. “Estamos nos tornando seres indesejáveis. O seio da mãe terra que é lugar de vida está se transformando nas entranhas geradoras de morte”, alerta no recente documentário *A Bolsa ou a Vida*, de Silvio Tendler. Bispo auxiliar do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns na Arquidiocese de São Paulo, entre 1975 e 1981, Morelli não se restringiu à sacristia, conforme “sugeriu” certa vez o sisudo general Médici a lideranças da igreja. Preferiu abraçar a luta para “dignificar a vida” daqueles a quem chama de “irmãos”, as comunidades, as periferias e o “mundo dos descartados”. Formado em Filosofia e Teologia, está escrevendo um livro de memórias para a editora Loyola. “É uma tarefa nada fácil porque João Paulo II vai ocupar bom espaço nessas memórias inquietas de um pastor de periferia”, adianta ele, que foi o primeiro bispo da Diocese de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. Com o sociólogo Herbert de Souza, o *Beti-nho*, Morelli fundou o *Movimento pela Ética na Política*, lançou a *Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida* e foi o primeiro presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), extinto por Jair Bolsonaro. Nesta entrevista exclusiva ao *Extra Classe*, o religioso, que pediu renúncia do governo de sua Diocese em 2005 para se dedicar integralmente à causa do direito humano ao alimento e à nutrição, afirma que a civilização chegou ao limite

Extra Classe – No recém-lançado documentário de Silvio Tendler, *A Bolsa ou a Vida*, o senhor afirma: “A nossa civilização, para mim, se esgotou”. É um desabafo pessimista de quem foi bispo auxiliar de Dom Paulo Evaristo Arns que tinha como lema “De esperança em esperança”?

Dom Mauro Morelli – Na verdade, a esperança é você caminhar no escuro, na certeza de que vai haver um amanhecer. Ainda que seja de tranco em tranco. Dom Paulo sabia disso. Então eu sou um homem de esperança, não de fantasia, de ilusão. Acho que é importante que a gente dê passos novos e, nessa altura da minha vida, aos 86 anos, eu estou começando uma nova jornada, dentro da mesma trilha de comunhão, de solidariedade, de fraternidade e justiça social.

EC – A que fantasia e ilusão o senhor se refere?

Dom Mauro – Eu voto até hoje, mas não tenho fantasias, nem ilusão em termos de política. A minha visão é esta: as mudanças só virão – sempre vieram – lá de baixo, das comunidades, das periferias e do mundo dos descartados. Eu sou testemunha disso. Durante a ditadura, antes que a classe média acreditasse no que estava acontecendo – só acordaram depois que mataram o (Vladimir) Herzog, lá na periferia tinha tanta gente que já vivia numa garra imensa, sonhando, buscando e marcando presença na esperança do amanhecer do novo.

EC – Então, o senhor tem esperanças, mas é, digamos, um pouco cético?

Dom Mauro – Eu digo o seguinte: Brasília não deve ser ignorada, mas não coloquemos esperança em Brasília. Nem ao centro, nem à direita, nem à esquerda. Obviamente que há uma diferença impressionante entre Lula e Bolsonaro, mas o pobre do Lula governou enquadrado direitinho no esquema do Estado brasileiro.

EC – Que esquema?

Dom Mauro – A resposta segue com umas perguntas. Você vai numa igreja católica, por exemplo, e na hora da prece dos fiéis se diz assim: ‘Para que haja justiça no mundo do

trabalho, rezemos ao senhor’; e todo mundo responde ‘Senhor, escutai a nossa prece’. Ai eu pergunto: alguém ali participa do seu sindicato? Não. Participa da Pastoral Operária? Não. Então, por que estão rezando?

EC – Faltam participação e mobilização popular?

Dom Mauro – Sim. Mas eu confesso que eu não participei da campanha das *Diretas Já*. Eu ficava na minha casa, cruzando os dedos.

EC – Por quê?

Dom Mauro – Às *Diretas Já*, o que que foram? Quando fizeram assim *plim, plim*, cavalgaram sobre o movimento popular, puseram o cabresto, levaram para a eleição indireta e, depois, tudo para um Congresso Constituinte. A coisinha mais linda, mais fofa, mais safada e mais cínica que eu já vi.

EC – Mas a Constituição que saiu em 1988 é considerada avançada, não?

Dom Mauro – Tudo bem, a Constituição trouxe coisas novas, mas uma Constituição, meu irmão, é feita de princípios constitucionais. Alguns pétreos, muito bem. Mas, esses princípios, para se tornar verdade e vida, têm que se converter em leis ordinárias e as leis ordinárias precisam ser regulamentadas. Sem isso, não passam de belos princípios constitucionais. Só. E já mudaram muito a nossa Constituição. Assim, com essa visão, o Estado brasileiro para mim não é o Estado dos povos do Brasil. Ele sempre pertenceu a uma família imperial, no início, e os que lhes davam suporte e, depois, às famílias imperiais que cresceram após aquele desfilezinho do Marechal Deodoro no Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 1889.

EC – Vamos voltar à Constituição de 1988...

Dom Mauro – Uma Constituição é um pacto entre as diferenças de um povo para eliminar, combater e extirpar as desigualdades individuais e regionais. É um pacto social. Nós, a partir dos porões da periferia, também buscávamos um pacto social novo. Mas nós nunca tivemos um pacto social das diferenças no Brasil.

EC – Quais diferenças?

Dom Mauro – A primeira diferença é entre homem e mulher; outra diferença, trabalhador e patrão; outra diferença, latifundiários e agricultores familiares, o pequeno agricultor; outra diferença é o idoso e o jovem; outra diferença é o banqueiro e o bancário. Assim nós vamos. Na formulação da Constituição de 1988, entre 530 congressistas, talvez umas 30 mulheres. Na maioria, os senhores homens, os barões do comércio, da terra, do mundo empresarial. Enfim, latifundiários, banqueiros e grandes empresários. Os iguais não fazem pacto social.

EC – O que fazem?

Dom Mauro – Os iguais, nesse caso, fazem concessão. A Constituição de 1988 tem muita concessão porque nós nos movimentamos. Houve um esforço muito grande dos movimentos populares. Se não houvesse, nem essas concessões teriam. A ordem econômica que nós vivemos no Brasil é o pior capitalismo que existe no mundo. Então, enquanto, por exemplo, outros países capitalistas fizeram reforma agrária, o Brasil nunca fez. Nem o Lula fez quando era presidente. Reforma agrária é um projeto capitalista, mas aqui nós temos – ai meu Jesus! – o que há de mais atrasado, de pior qualidade em termos de capitalismo e de elites capitalistas. Terrível, mesquinho, doloroso, vergonhoso, iníquo e perverso.

EC – Diabólico?

Dom Mauro – Benditas as diferenças e malditas as desigualdades. Às vezes, eu acho que até o demônio tem vergonha e foge dessa gente. O demônio é muito mais inteligente, é um bom teólogo (*risos*). É muito mais habilidoso. É muita grosseria, é muita estupidez, muita insensatez, muita agressão à ciência.

EC – Na sua experiência de militante contra a fome, como o senhor avalia o tratamento dado à questão alimentar na Constituição?

Dom Mauro – Na minha compreensão, na Constituição onde é explicitamente reconhecido que a alimentação é um direito humano básico, deveria estar alimentação e nutrição. Porque nem todo alimento nutre, nem todo o alimento é saú-

dável. O alimento não pode levar à enfermidade e morte. O direito humano à alimentação e à nutrição é um direito humano básico, que tem o meio ambiente como determinante. O objetivo, falando de crianças, é ter uma criança saudável, inteligente, participativa e de bem com a vida. Se estiver desnutrida, os seus neurônios não se desenvolvem bem, ela vai ficar mirrada.

EC – Quando o senhor fala em crise civilizatória, está considerando também a destruição do meio ambiente?

Dom Mauro – Analisando o mundo como eu vejo, acompanhando uma série de estudos, eu cheguei à conclusão de que, de fato, o que nós vivemos hoje não é uma crise apenas climática. É uma crise civilizatória. A nossa civilização se esgotou. É sabido e comprovado que, para nos aturar, a natureza geme e se contorce. Não está aguentando e dá sinais cada vez mais fortes de que nós nos tornamos habitantes indesejáveis.

EC – Por que indesejáveis?

Dom Mauro – Se fala de domesticar animais; eu acho que quem precisa ser domesticado – *domus* é casa em latim – a viver nesta casa somos nós, os humanos. Nós estamos tirando da terra, em um ano, aquilo que seria necessário um planeta e meio para dar conta. Tudo isso é fruto da nossa cobiça, nosso desperdício, nosso acúmulo. Ou aprendemos a viver, admitimos que somos terra e entramos na solidariedade, na comunhão com tudo e com todos, ou nós seremos cuspidos fora. Eliminados.

EC – Na encíclica *Laudato Si*, o Papa Francisco fala de ecologia integral. O que é?

Dom Mauro – Que bela contribuição nos dá o Papa Francisco. No seu ensinamento, no seu testemunho. Que simbiose maravilhosa essa de um jesuíta franciscano (*risos*). A *Laudato Si* nos leva a refletir que tudo está conectado nesta casa comum, aliás, no Universo – que é um mistério de comunhão e nós cremos na comunhão. A ecologia integral dá a dimensão de você sentir a natureza. Ela fala de várias formas, se expressa de for-

ENTREVISTA

mas maravilhosas. Ela canta, ela assobia, ela nos regurgita para longe (*risos*), ela dança, ela vibra. Assim a gente vai descobrindo a natureza na sua grandeza, na sua biodiversidade. Mas a ecologia integral tem uma dimensão também cultural. São as relações que os seres humanos vão desenvolvendo a partir do chão que é pisado, do clima, da vegetação, do bioma.

EC – Por exemplo?

Dom Mauro – A Serra da Canastra, por exemplo. Você só pode produzir queijo da Canastra na Canastra. São 200 anos de várias gerações se relacionando com a terra, com o clima, com aquele capim especial. Que maravilha a dimensão cultural apontada no número 145 da *Laudato Si*! A extinção de uma cultura é tão ou mais grave que a extinção de uma espécie e, hoje, no Brasil, as culturas estão muito ameaçadas.

EC – Em termos de Brasil, o que está em jogo nesse contexto?

Dom Mauro – A questão cultural é que está em jogo no Brasil. É essa agressão violenta que destrói não só a natureza, mas aqueles que sabem trabalhar na natureza. Os pescadores artesanais, as mulheres que colhem sementes, os quilombolas e, acima de tudo, os povos nativos originários. Que coisa triste, vergonhosa e criminosa a extinção cultural que é, como disse antes, tão ou mais grave do que a extinção de uma espécie.

EC – A solução para esse problema passa por onde?

Dom Mauro – Uma nova ordem, não só no Brasil. O Papa Francisco sugere que se busque e convoca, agora, um grupo de pessoas, jovens principalmente, para os caminhos de uma nova economia. Uma economia que não demanda porcas; uma economia que não seja dona de coisa alguma. Economia, *oikonomos* quer dizer norma da casa. Qual é a norma desta casa? É comunhão, é solidariedade, é justiça, é fraternidade. Não essa coisa vil que está aí. Vergonhosa, asquerosa e corrupta; deprimente e perversa. Vamos em frente.

EC – E como ir em frente?

Dom Mauro – Uma das dimensões fundamentais é a política. O que que é a política? É a construção do bem comum. Pai e mãe têm o trabalho político de construir o bem comum em sua casa. Todos nós temos que estar envolvidos na construção do bem comum. É importante que haja políticas públicas que garantam medidas necessárias que devam ser tomadas para garantir um direito negado ou periclitante. Por exemplo, uma pessoa desempregada deveria ter uma política pública que garanta a sua alimentação e da sua família. Esse é um desafio permanente. Que você tenha uma ordem econômica que permita às pessoas ter condições de viver bem, ter uma vida digna.

EC – E o que é uma vida digna

para o senhor?

Dom Mauro – Para mim, uma vida digna é uma vida pobre. A vida pobre, para mim, é uma casa que tem salubridade, que tem privacidade – tem o quarto do casal, tem o quarto das meninas, tem o quarto dos meninos – tem mesa de jantar, não falta comida, tem acesso à educação. Nada se acumula, nada sobra, nada se desperdiça. Uma vida frugal.

EC – O senhor fala de sustentabilidade?

Dom Mauro – Esse é o caminho que uma nova humanidade precisa descobrir. O mundo não aguenta mais o lixo que nós estamos gerando. Também não é justo continuar produzindo alimento para converter em moeda.

EC – De certa forma, há uma interligação aí, não?

Dom Mauro – Entendo que, enquanto o alimento for produzido para ser convertido em moeda, haverá degradação ambiental, miséria e fome na terra. Eu não tenho nenhuma devoção pelo agronegócio. O agronegócio tem por objetivo transformar comida em moeda. Você vai na Bacia do Paraná. A natureza lá oferecia mais de 150 frutos maravilhosos. Hoje tem três ou quatro; o resto, soja. Acabam com tudo.

EC – Estamos colhendo as consequências desse modo de produção?

Dom Mauro – Assim, essa cri-

Brasília não deve ser ignorada, mas não coloquemos esperança em Brasília. Nem ao centro, nem à direita, nem à esquerda

se ambiental ainda vai se agravar muito mais. A riqueza da natureza também dá uma harmonia, um equilíbrio. Quando você reduz tudo a uma monocultura, você precisa adotar meios para impedir os insetos e outras pragas. Aí nós descambamos para todos os tipos de agrotóxicos. Enfim, é o que nós estamos vendo hoje no nosso país. A alternativa seria o apoio real e efetivo para a agricultura familiar que é a que, de fato, produz mais comida. A característica da agricultura familiar já vem do nome. É a família que produz para comer e que disponibiliza na sua região aquilo que ela produz um pouco a mais. É o escambo, é a troca. Isso é legítimo e importante.

EC – Mas a situação da agricultura familiar não anda muito bem.

Dom Mauro – Segmento, aliás reconhecido por lei federal editada na época do Lula, para ter a primazia de abastecer a rede pública de ensino. Nós estamos com uma condição cada dia pior para a produção de alimentos. Pela crise climática e pela incompetência e má-fé do governo, que, diga-se de passagem, está criando dificuldades para a produção da agricultura familiar. Que Deus nos liberte desse caminho.

A HORA DA RESCISÃO. QUAIS OS DIREITOS DO PROFESSOR DEMITIDO?

Conhecer a sua situação e entender as regras vigentes pode garantir seus direitos. E realizar isso com quem entende pode ser a diferença entre o sucesso e o fracasso nessa jornada.

Nosso escritório oferece uma assessoria especializada na categoria docente nas questões trabalhistas, conheça os principais serviços.



AO SEU LADO,
POR SEUS
DIREITOS.



Consulta Trabalhista

Consulta presencial na sede do sindicato, em nossos escritórios, e de forma online em todo o Brasil para esclarecer dúvidas sobre o Direito do Trabalho.



Reconhecimento de vínculo

O vínculo formal de emprego continua sendo a principal forma de contratação de trabalho. Por ser norma de ordem pública, o trabalhador pode requerer judicialmente o reconhecimento do vínculo e a assinatura da CTPS.



Verbas Rescisórias

A rescisão contratual deve vir acompanhada do pagamento das verbas rescisórias prescritas na lei. O não pagamento nos prazos permite ao trabalhador buscar esse pagamento acrescido das multas.



Ações Indenizatórias

No caso de comprovação, o direito de indenizações aos empregados que tenham sofrido dano moral, assédio moral e sexual ou acidente de trabalho nas dependências da empresa.



Rescisão Indireta

Através de ação judicial, o empregado pode requerer o encerramento do Contrato de Trabalho, uma vez configurada falta grave do empregador. Essa modalidade de extinção contratual dá ao empregado o direito de receber todas as verbas rescisórias.



Horas Extras

O trabalho realizado fora do horário contratado deve ser remunerado ou compensado na forma da lei.

AGENDE AGORA SEU ATENDIMENTO!



PORTO ALEGRE/RS

Av. Getúlio Vargas, 1157/1412 - Menino Deus
(51) 3237.2791 (51) 98080.3579



BENTO GONÇALVES/RS

Rua General Osório, 248 - Centro
(54) 3452.1906 (54) 99150.2890



cainelliadvogados.com.br

O passo a passo da destruição da educação brasileira

Para além da ideologização e tentativas de censura, a edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2021 representa mais uma intervenção autoritária do governo federal de negação do direito à educação para milhões de jovens de escolas públicas, principalmente jovens pobres, pardos e negros.

Esta política de que a "universidade deveria ser para poucos", como defende o atual ministro da Educação, Milton Ribeiro, foi desencadeada já em 2015 quando se questionou o aumento de investimentos em educação (Meta 20 do PNE 2014-2024); quando se atacou o financiamento estudantil (Fies, Prouni, Proies e outros); quando efetuaram cortes nos recursos para educação, ciência, tecnologia e cultura; quando se implantou uma reforma do novo ensino médio reintroduzindo a formação técnica e qualificação profissional para esses jovens pobres não sonharem nem progredirem seus estudos no ensino superior.

Acesse a íntegra
da coluna de
Gabriel Grabowski



Foto: Valter Campanato/Agência Brasil



A edição do Enem 2021 registrou o menor número de inscritos

E MAIS

Senado aprova PEC dos Precatórios sem a securitização

Com alterações no texto original pelos senadores, a PEC dos Precatórios deve retornar à Câmara dos Deputados. Serão necessários 308 votos para a aprovação e encaminhamento para sanção.

Ciência e tecnologia do país estão entrando em colapso

O alerta é da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Dos R\$ 690 milhões destinados à ciência nacional, o governo federal repassará apenas R\$ 151 milhões neste ano, depois de muita mobilização.

PIB recua com queda na agropecuária e exportações, e economia entra em recessão técnica

Soma dos bens e serviços produzidos no país recuou pelo terceiro mês consecutivo. Serviços, que respondem por mais de 70% da economia, cresceram 1,1%.



Foto: José Fernando Ogura/Hen-PR

É importante
eleger as suas
prioridades
para 2022.



Mas para que o Brasil retome o caminho do crescimento e da justiça social, é preciso que a educação volte a ser prioridade no país. Os professores e as professoras terão um papel decisivo neste debate.

Boas festas e aproveite o merecido descanso. 2022 vai exigir muito de todos nós.

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão



Foto: Cieb/ Divulgação

A desvalorização e o esvaziamento de sentidos da carreira docente

por Flávio Ilha

As licenciaturas representam menos de 20% dos ingressos na educação superior, e o interesse dos jovens pelas carreiras docentes é cada vez menor. Ninguém mais quer dar aula de Física, Química ou Matemática, áreas que atraem pouco mais de 65 mil candidatos a professor entre todos os cursos de formação. Nas humanas, há menos de 50 mil matriculados. Resultado: um quarto dos 2,5 milhões de professores não tem curso superior. Somam-se a essa baixa formação o sucateamento do ensino público, a defasagem salarial, jornadas extenuantes, humilhações em sala de aula, desencanto e adoecimento em um país que caminha para um apagão docente

O último dado disponível, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) no Censo da Educação Superior de 2019, é revelador: cursos universitários que formam professores para os ensinos fundamental e médio seguem com matrículas em queda. Química e Física, por exemplo, juntas, não chegam a 5% de todos os alunos das licenciaturas no país, o que representa pouco mais de 65 mil candidatos a professor.

Matérias humanísticas, como Sociologia, Música e Filosofia, têm menos estudantes ainda: no total, reúnem pouco mais de 50 mil abnegados alunos, que, depois de formados, enfrentarão baixos salários, jornadas extenuantes e, de quebra, humilhações em sala de aula.

Não é de se admirar, portanto, que a formação de professores no país tenha despencado nos últimos anos. E que continua em queda. No Brasil, as licenciaturas representam menos de 20% do total de ingressos em cursos superiores entre universidades públicas e privadas. E o panorama de desinteresse pelas carreiras docentes se mantém estável nos últimos 10 anos, segundo o Inep. Em 2009, os

cursos de licenciatura representavam 20,8% das matrículas nas graduações; no último Censo da Educação Superior, em 2019, o índice baixou para 19,7%.

Os números absolutos, fora da estatística fria, também preocupam: enquanto os bacharelados tiveram um incremento de quase 2 milhões de alunos na década 2009/2019, o interesse pela carreira de professor avançou em menos de 500 mil matrículas. "Temos mais de 2,5 milhões de professores no país, dos quais 25% não têm nenhum curso superior. É um retrato revelador da falta de incentivo e interesse da sociedade por esses profissionais", avalia o professor Luiz Fernandes Dourado.

Professor emérito da Universidade Federal de Goiás (UFG) e membro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped), Dourado é especialista no assunto. Em 2015, foi relator da comissão que instituiu as diretrizes da formação de professores dos ensinos fundamental e médio. Conforme ele, parte desse desinteresse pela carreira vem da formação docente instrumentalizada, que privilegia o conteúdo em detrimento da teoria.

"A formação atual tem um caráter mais restrito do docente, uma

Foto: Anped/ Reprodução



Dourado, da UFG, critica a formação com ênfase na prática dissociada da teoria

ênfase na prática dissociada da teoria. Não ajuda a tornar a carreira mais atraente, pelo contrário", critica o educador. Em 2019, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou, a toque de caixa, uma resolução que substituiu o texto relatado por Dourado.

A norma atual vinculou as licenciaturas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, de acordo com o professor, promoveu um vínculo demasiado – uma "submissão", ele define – ao currículo. Na visão de Dourado, essa submissão incentiva um modelo prescritivo, no qual os professores se limitam a transmitir fórmulas de conhecimento sem visão crítica.

A licenciatura nas diversas

áreas, como Língua Portuguesa, História, Física e Química, é exigida para professores do ensino fundamental do 5º ao 9º ano e do ensino médio. Para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), a formação indicada é a pedagogia.

Dourado diz que várias sugestões de entidades vinculadas à educação foram ignoradas pelo CNE na elaboração da nova resolução. "Foram dezenas de propostas desconsideradas. O texto atual não categoriza, por exemplo, os padrões de qualidade do ensino a distância, permitindo a adoção quase irrestrita da modalidade nos programas de formação", lamenta.

Ensino a distância

O Censo da Educação Superior do Inep revelou que mais da metade dos alunos de licenciatura faz seus programas de formação a distância – na rede privada de universidades, esse percentual

sobe a 73%. Trata-se de uma guinada em relação a 10 anos atrás, quando mais de 60% dos alunos cursavam de modo presencial.

Especialistas como Dourado têm apontado que há um fosso en-

tre o ensino presencial e o ensino a distância, com impacto sobre a formação dos futuros professores no país. Esse fosso é agravado com a pandemia do coronavírus: muitos universitários sem acesso

à internet ou a uma rede de dados desistiram de prosseguir seus estudos, abandonando os cursos pela metade.

Tomando o mesmo exemplo usado no início desta reportagem,

Pode ser filho, esposa, irmão, mãe, sogra, vô...

O Hotel Casa do Professor é a melhor opção em Porto Alegre para professores associados do Sinpro/RS e seus familiares.



Mais informações:

www.sinprors.org.br/casadoprofessor

Reservas: (51) 4009.2988

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

CASA do
PROFESSOR
Hotel

EDUCAÇÃO

Química e Física acumularam os maiores índices de desistência das licenciaturas no país, com média acima de 65%. A taxa de conclusão do curso na área da Física, por exemplo, é de apenas 23%. Ainda de acordo com o Inep, quase metade dos professores de Física no país tem licenciatura em outra área ou bacharelado com a devida complementação pedagógica.

Conforme Fábio Waltenberg, do Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento da Universidade Federal Fluminense (UFF), no Rio de Janeiro, faltam investimentos na educação pública para tornar atraente a carreira de professor aos estudantes do ensino médio, que estão escolhendo uma profissão. Poucos alunos declaram que querem seguir a carreira docente.

“Se o Brasil deseja formar bons professores para, dessa forma, formar bons cidadãos, então será

preciso retomar investimentos que começaram a ser contingenciados em 2014”, propõe o docente. Um estudo coordenado por Waltenberg mostrou que a educação brasileira perdeu R\$ 16,8 bilhões entre 2014 e 2018. A educação básica foi a área que mais perdeu orçamento, chegando a 54% de toda a verba prevista.

Para Sérgio Franco, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), é amplo o papel que a universidade pública desempenha na formação de professores. “Não basta só oferecer cursos de licenciaturas, é preciso também que a universidade saiba dialogar com as escolas e saiba entender quem ela precisa formar, como precisa formar, e para onde vai esse professor”, argumenta.

Também não basta, completa Franco, oferecer licenciatura em todas as áreas e formar poucos

profissionais em algumas disciplinas estratégicas, como Matemática, Física e Química. Segundo ele, deve haver um equilíbrio na oferta de cursos – o que pode ser garantido com políticas públicas. O curso de Pedagogia, o qual forma docentes para educação infantil e primeiras séries do fundamental, concentra quase 50% das matrículas em licenciaturas do país.

O desinteresse por dar aulas não é um fenômeno só brasileiro, embora no país a situação seja mais grave. O relatório Políticas Eficientes para Professores, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apontou que o percentual de adolescentes estudantes (até 15 anos) interessados na carreira docente caiu de 6% para 4,2% na última década. No Brasil, que também fez parte do estudo, o interesse dos jovens teve uma queda de 7,5% para 2,4%.

Conforme o estudo, o desin-

teresse pela carreira se deve ao pouco reconhecimento social e aos baixos salários. Com as exceções de sempre, a área da educação tem rendimentos inferiores à média em vários países. Em média, segundo dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), professores no Brasil ganham metade do que profissionais com formação superior equivalente em outros países.

E são mais vítimas de violência que em outras regiões: 12,5% já relataram agressões verbais ou intimidações por parte dos alunos. É o índice mais alto entre 34 países pesquisados, cujo índice médio ficou em 3,4%.

Em São Paulo, metade dos docentes relatou agressão verbal em um levantamento realizado pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado (Apeoesp). Agressões físicas foram registradas por 5% dos profissionais.



País precisa retomar investimentos contingenciados desde 2014, propõe Waltenberg, da UFF



Franco, da Faced/Ufrgs, lembra o papel amplo da universidade pública na formação de professores: não bastam licenciaturas

Planos para a sua saúde? O Sinpro/RS tem.



Unimed

CCG
Saúde

UNIODONTO
PLANOS ODONTOLÓGICOS

Faça a simulação e confira
o quanto você pode economizar



Professoras e professores associados ao Sinpro/RS podem contar com os melhores planos de saúde médico e odontológico.

www.sinprors.org.br

sinprosaúde



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

A guerra do Brasil e a naturalização da barbárie

Os aliados e cúmplices de toda a violência e violação de direitos que se seguiriam ao início deste governo agora justificam a barbárie e violência



Foto: Rede Globo/ Reprodução



Foto: Bruno Kelly/ Greenpeace

Chacina no Salgueiro e balsas do garimpo ilegal no Rio Madeira: duas cenas recentes se somam à galeria da barbárie bolsonarista

Quando estamos em meio a um turbilhão de acontecimentos, é difícil ter uma percepção clara sobre as suas implicações e sobre a direção na qual ele nos coloca. O Brasil, mesmo antes do início da pandemia, já vivia um cenário dessa natureza, a partir da eleição de um governo de extrema-direita, em uma aliança sinistra entre militares, agronegócio e sistema financeiro, entre outros setores. O discurso de violência, preconceito e discriminação, emulado pelo presidente eleito, já era claro e explícito desde a campanha eleitoral. Logo, não foi surpresa para ninguém. Os aliados e cúmplices de toda a violência e violação de direitos que se seguiriam ao início deste governo jamais poderão dizer que "não sabiam". Sabiam, sabem e seguem justificando atos diários de barbárie e violência.

Em um artigo publicado em outubro de 2018 (*A barbárie está autorizada. O horror saiu do armário*), o antropólogo Luiz Eduardo Soares antecipou, em tom profético, o que estava por vir. Soares chama atenção para o simbolismo do gesto de dois homens brancos, os então candidatos a deputado federal Daniel Silveira e a deputado esta-

dual Rodrigo Amorim; ao lado do candidato ao governo do Rio de Janeiro Wilson Witzel, que rasgaram uma placa de rua com o nome de Marielle Franco, vereadora do PSol assassinada na capital fluminense, morte cujos mandantes até hoje não foram identificados. Fizeram da placa, escreveu Soares, "uma lápide e da lápide partida o símbolo do esquecimento. Isso se chama profanação e promove a segunda morte de Marielle".

Esse foi apenas um dos tantos sinais que indicavam o que estava por vir. Lembrando que "grande parte de nossas vidas é regida pelo que é invisível – emoções, afetos, expectativas, desejos, memórias, fantasias", o antropólogo assinalou que, na política, não é diferente: "Por isso, não é preciso incluir no programa de governo referências a um plano de extermínio, não é preciso apresentar publicamente um programa genocida. Não é necessário exaltar a violência e o preconceito, ou incitar o ódio, explicitamente – ainda que isso tenha sido feito. O que põe em circulação a barbárie não está nos argumentos racionais da candidatura ou em suas propostas de políticas públicas. A mensagem já foi passada à sociedade. E a mensa-

gem se resume a uma autorização. Autorização à barbárie. A morte foi convocada. A barbárie está autorizada. O horror saiu do armário".

Passados mais de três anos, os atos de barbárie são tantos no Brasil que quase já se incorporaram à nossa rotina. O "quase" não se aplica às populações que são alvo diário desses crimes (homens, jovens e meninos negros, mulheres, jovens e meninas negras em sua maioria, moradores de periferia, povos indígenas, pequenos agricultores, população LGBT, estudantes, trabalhadores...a lista é extensa). A situação é tanto mais dramática, na medida em que esse caráter diário da barbárie provocou uma certa naturalização desse cenário. A "sociedade" brasileira (expressão que vai entre aspas pois precisa ser melhor descrita) está anestesiada pela violência, o que não diminui em nada o crime da cumplicidade para com o que está ocorrendo no Brasil.

No final de novembro deste ano, mais duas imagens se somaram à galeria da barbárie bolsonarista brasileira. A "descoberta" de dez mortos em um mangue dentro do Complexo do Salgueiro, no Rio de Janeiro, que, segundo a Polícia Militar, foram mortos em

um confronto durante uma "operação de estabilização". Os corpos apresentavam sinais de tortura e de execução. Segundo o programa *Fantástico*, da Rede Globo, os policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope) dispararam mais de 1.500 tiros na "operação de estabilização". Justificando a ação policial, o governador daquele estado, Cláudio Castro, afirmou: "Coisa boa não estavam fazendo".

A segunda cena foi a da invasão de centenas de balsas de garimpo ilegal Rio Madeira adentro, na Floresta Amazônica. A prática de garimpo ilegal na região, inclusive dentro de terras indígenas, não é uma novidade exatamente, mas ganhou força nos últimos dois anos com o enfraquecimento da fiscalização e com os discursos e as ações de apoio a essa atividade ilegal por parte do governo Bolsonaro. São cenas da guerra em curso no Brasil, uma guerra contra o povo brasileiro, que está sendo atacado pelo exército bolsonarista e sua aliança macabra, que reúne militares, fazendeiros, pecuaristas, garimpeiros, banqueiros, parlamentares, prefeitos e governadores cúmplices dessa barbárie.

Quem tem medo da reforma agrária

por César Fraga

Na história brasileira, a posse da terra sempre foi um instrumento de poder. E um poder de natureza econômica. Porque é ela, a terra, a base tanto para a produção agropecuária, quanto para a extração mineral. Assim, a sua posse também é um poder de natureza política, que interfere na vida de todas as pessoas. Se observarmos o Brasil, desde os tempos da escravidão – mesmo depois da abolição, já com o trabalho livre –, sempre foi vedado, impedido e dificultado às populações pobres o acesso à terra. Com essa síntese, o estudioso e pesquisador da reforma agrária Adalberto Floriano Greco Martins introduz um breve histórico das contradições brasileiras na disputa pela terra desde a colonização até os dias de hoje

Vivemos no Brasil e na América Latina uma contrarreforma agrária estimulada pelos mercados financeiros, destaca o agrônomo e doutor em Geografia Adalberto Martins.

Ao contrário do que muitos pensam e divulgam, a reforma agrária não é coisa de “comunistas”, contrapõe. Entre os países capitalistas cujo desenvolvimento econômico está diretamente ligado aos diferentes modelos de

reforma agrária adotados, estão Estados Unidos, Coreia do Sul, Japão, Israel, Alemanha, Espanha, França, Itália, Inglaterra, Irlanda, países escandinavos, entre outros.

Para o jornalista pós-graduado em Geografia Humana Alceu Castilho, do observatório *De Olho Nos Ruralistas*, também é importante ressaltar que a reforma agrária “é uma invenção capitalista”, que no Brasil foi usada para derrubar o presidente João Goulart, por exemplo – no Gol-

pe de 1964 – como parte dos medos atribuídos ao comunismo. Castilho é autor do livro *Partido da Terra – como os políticos conquistam o território brasileiro* (Contexto, 2012).

“Durante o Golpe de 1964, o termo sintetizava as reformas de base pretendidas por Jango e como argumento para o golpe. Estados Unidos e Europa fizeram a reforma agrária, o Brasil não. E, aqui no Brasil, se usou a reforma agrária de uma forma associada

ao socialismo, como se fosse coisa de comunista”, explica.

“E até hoje é assim. Esta é a lógica do medo. Existe um trabalho midiático, inclusive do conservadorismo, de demonizar os que defendem a reforma agrária, de demonizar os sem-terra, os camponeses – mesmo sendo a reforma agrária uma alternativa dentro do próprio capitalismo e sustentável do ponto de vista ambiental e econômico”, argumenta.

Questão cultural

Adalberto Martins aborda com autoridade a questão agrária. Ele tem graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, é Mestre em Ciências Sociais, pela PUC-SP e especialista em agroecologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Em 2017, concluiu o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Na década de 1990, Martins contribuiu com a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil (Concrab) e atualmente colabora com a Coope-

rativa Central dos Assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul (Coceargs) e com a Cooperativa de Serviços Técnicos (Coptec), todas ligadas ao Movimento Sem Terra.

Autor de *A produção ecológica de arroz e a reforma agrária popular* (Expressão Popular, 2019) e *A história do Brasil na ótica dos regimes fundiários: a questão agrária da Colônia à contemporaneidade*, entre outros livros, ele conta que, antes mesmo do descobrimento, na Europa lusitana, a classe dominante aristocrática rural, via como “degradante” o trabalho manual, o que inclui o

trabalho na terra.

Essa lógica veio para o Brasil junto com os colonizadores portugueses. Para eles, por ser um trabalho degradante, devia ser feito pelo “outro”. Além disso, havia – e ainda há – uma mentalidade predatória, a de extrair tudo o mais rápido possível para adquirir riqueza e um título de nobreza (status social) para então voltar a Portugal.

Inicialmente, não havia o propósito de povoar, mas de promover uma colonização de exploração, com o objetivo de extrair da natureza e dos trabalhadores o máximo possível, no caso, tra-

balhadores escravizados, conquistando a partir daí um ganho econômico e um título de nobreza, a fim de retornar à Europa.

“Este traço marcaria a mentalidade da classe dominante brasileira até os dias de hoje. Podemos verificar, numa discussão de profundidade da nossa formação socioeconômica, que nós podemos ver uma certa continuidade na formação cultural da classe dominante brasileira, desde o mercantilismo e das navegações até a fase da industrialização e financeirização, que sempre esteve muito ligada aos interesses externos”, esclarece Martins.

Expansionismo e racismo

“Vivemos em um país em que são demonizadas as concessões,

as migalhas, aos mais pobres. Existe algo de muito concreto nes-

sa luta pela terra e por reforma agrária, que é vista como perigo pelo agronegócio. Trata-se de uma questão de disputa de territórios. Isso é importante, no meu posto de vista, porque eu vejo o governo Bolsonaro, por exemplo, como um governo que afirma determinados traços expansionistas e racistas que estão presentes nessa matriz ruralista, que é econômica e política desde antes dele”, contextualiza Alceu.

“Mas por que falar em expansionismo e racismo?”, questiona. “Porque grandes eventos da história do século 20 estiveram diretamente ligados a esses traços. Só que, diferente do que aconteceu no nazifascismo, o expansionismo racista aqui no Brasil não ocorre como disputa entre países. Ele ocorre a partir das fronteiras agropecuárias, das fronteiras do capital”, argumenta o jornalista.

Conforme Castilho, esses povos

indígenas, quilombolas descendentes de negros escravizados, descendentes de indígenas, camponeses que habitam esses territórios a serem conquistados são tratados como se fossem pessoas de outra ordem. “E aí a gente chega facilmente na bancada ruralista, que antecedeu em vários anos os discursos do próprio Bolsonaro. Ele incorporou esses discursos.”

Ele recorda o episódio em que o senador Luis Carlos Heinze (Progressistas), hoje pré-candidato ao governo do RS, disse, já em 2014, que “quilombolas, índios, gays, lésbicas” são “tudo que não presta”. No mesmo dia e evento, o deputado federal Alceu Moreira (MDB) fez um pronunciamento ainda pior, incitando os fazendeiros a lutar contra os indígenas “do jeito que for necessário”. Alceu viria a ser presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) no biênio 2019/2020.



Adalberto Martins, estudioso e pesquisador da reforma agrária

Foto: Barbara Vida/MST/Divulgação

O medo plantado e colhido por gerações

Nos 350 primeiros anos da colonização, a classe dominante brasileira foi escravagista, aristocrática e agrária. Depois, ela vai se modernizando e se tornando industrial. Mas todas as épocas têm em comum o medo, incutido como uma das formas de dominação. "Primeiro, era o medo dos escravos

e a presença do discurso do medo da massa negra escravizada e de que ocorressem revoltas, como a do Haiti, em 1791. Mais tarde, após a abolição, o medo passou a ter foco na classe trabalhadora, que estava num processo de urbanização e industrialização, principalmente depois da virada para o

século 20", registra Martins.

Na década de 1950, como a questão agrária não havia sido resolvida nas eras Vargas e JK, esse medo passa a dar atenção especial aos camponeses. E cresce na década de 1960, pois as principais forças populares estavam no campo, com as ligas cam-

ponesas e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), que reivindicavam e se insurgiam em prol da reforma agrária, até os idos de 1964, quando muitos desses militantes e lideranças foram reprimidos, presos, mortos e desaparecidos após o golpe militar.

Militares promoveram modernização sem reforma

Com os movimentos sociais reprimidos no campo, a partir do

golpe de 1964, deu-se um processo acelerado de concentração dos

capitais e de internacionalização, que, aliás, já havia iniciado

no governo Juscelino Kubitschek (1956/1961). "Na década de 1970, tivemos a escolha pela modernização da grande fazenda. Já havia dentro do país uma indústria surgida do plano de metas do governo Juscelino Kubitschek e voltada para a agricultura", destaca Martins.

A modernização dentro da fazenda, por meio da química genética e mecânica, não dependia tanto de importação, porque já existia uma indústria se constituindo para fortalecer essa escolha dos militares de modernizar a grande fazenda de forma subsidiada. Ocorre essa modernização por cima, excluindo os pequenos e subsidiando os grandes. Com isso, bloqueou-se o capital. Porém, no meio da década de 1970, os pequenos também começam a acessar as linhas de crédito rural nos bancos, contextualiza o pesquisador.



Foto: Arquivo Nacional/Correio da Manhã/Reprodução

Governo militar preferiu modernizar as grandes fazendas a promover a reforma agrária. Ainda assim, foi deste período que saiu o Estatuto da Terra, o qual inspiraria a Constituinte de 1988

Crise econômica e reorganização dos movimentos sociais

Na medida em que no final dos anos 1970 estoura a crise da dívida externa brasileira, começa o fim do governo militar e da ditadura do ponto de vista econômico. Isso gera as grandes greves do ABC, surge Lula como líder sindical e, na sequência, o próprio PT e a CUT. Essa crise obriga os militares a parar de subsidiar a agricultura. É aí que explode o endividamento dos pequenos agricultores e, em 1984/85, já com a Nova República, esse endividamento atinge também os grandes produtores.

Martins reforça que a reforma agrária na história brasileira foi sempre bloqueada. Ele ressalta

que não se trata apenas disso, mas de um bloqueio a todas as demandas populares. "Direitos trabalhistas para assalariados do campo só passaram a existir em 1963 com o Estatuto do Trabalhador. Até então, era vetada a sindicalização de trabalhadores do campo."

Na década de 1970, parte dos pequenos agricultores, principalmente do centro-sul do país, começa a viver um processo de endividamento. Na época, o ministro da Economia era Delfim Neto. Estava em curso o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), do governo Emílio Médici. A ideia

é que esses capitais migrassem para o campo por meio de grandes projetos agropecuários estimulados por isenção fiscal. E foi o que aconteceu, sobretudo em áreas com quilombos, comunidades de posseiros camponeses, terras indígenas. Com isso, o norte do país na década de 1970 se torna explosivo no sentido de conflitos.

"Não é à toa que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) surge em 1975 no Bico do Papagaio, divisa do Tocantins, Pará e Maranhão, onde estava conflitado o processo por conta da expansão das fronteiras agrícolas dos militares", repara Martins.

Na virada dos anos 1970 para 1980, novos movimentos se formam. Por exemplo, nasce o MST, o movimento dos seringueiros extrativistas e explodem as greves e revoltas dos boias-frias nos canaviais.

As contradições e as lutas que resultam dessa crise econômica, da dívida externa e de um modelo econômico que estava se esgotando produziram um ascenso popular, que, por sua vez, gerou instrumentos que estão aí até hoje: PT, CUT e MST. "E a grande liderança dessas forças ainda se dá porque até hoje não surgiram novos ciclos de lutas populares", constata.

“Ocupação é a única solução”

Adalberto explica o surgimento do MST como resposta à contradição do modelo de desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira. O movimento proporcionou aos camponeses a oportunidade de dizer não. “Eu não quero ir para os programas de colonização e quero terra onde eu estou.” E passaram a organizar as ocupações.

O MST possui três grandes matrizes: as lutas localizadas (ocupações de grupos que vão ocorrer no centro-sul do país no final da década de 1970); a matriz sindical (com a formação das oposições sindicais nos sindicatos dos trabalhadores rurais que se tornaram “pelegos”, ou seja, foram cooptados, durante o regime militar), e a presença do trabalho pastoral (uma vez que a repressão era grande e o caminho eram os

encontros religiosos das comunidades eclesiais de base).

Essas três matrizes se convergiram no Primeiro Encontro Nacional do MST, em 1984, quando as lideranças desse conjunto de lutas se encontraram. E neste encontro houve um grande debate, que desembocou no Congresso do MST, no ano seguinte, 1985, quando ocorreu a fundação do movimento e foram definidos os três objetivos: Lutar pela terra; Lutar por Reforma Agrária; Lutar por uma sociedade mais justa e fraterna.

A leitura do MST era a de que as elites promoveram a modernização do campo sem precisar passar pela reforma agrária, diferentemente do que aconteceu na Europa, onde a reforma foi necessária para liquidar uma forma política de domínio da terra. A conclusão lógica do MST foi

Foto: Daniel Andrade/Arquivo MST



Ocupação da Fazenda Annoni, em outubro de 1985, é um dos marcos no surgimento do MST

esta: se a burguesia não precisa da reforma agrária, não seria ela quem iria fazê-la. E se o Estado brasileiro é refém das classes dominantes, logo o Estado também não vai fazê-

-la. Então, quem pode fazer a reforma agrária são os camponeses, que são principais interessados. A partir disso gerou a palavra de ordem: “Ocupação é a única solução”.

Da redemocratização aos assentamentos

No processo de democratização, que compreende os governos José Sarney e Fernando Collor de Mello, planos econômicos fracassaram, o país foi aberto para o capital internacional e transnacional, o setor agrícola quebrou para grandes e pequenos – para dar lastro ao Plano Real. O preço das terras caiu.

Isso permitiu que o então presidente Fernando Henrique Cardoso promovesse, nos dois primeiros mandatos, o maior número de desapropriações e assentamentos da história, seguido de perto pelos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo Adalberto, para sustentar a entrada deste circuito rentista, os governos liberais fizeram um ajuste interno com as elites. A proposta do setor financeiro foi a seguinte: em vez de financiar o Estado a partir dos impostos, o financiamento se dará a partir da compra de títulos públicos.

“Essa foi a jogada econômica

que a classe dominante fez com os governos mais comprometidos com ela. Mas o que muda, afinal? Em

1998, FHC vai para o FMI e, em 1999, muda a paridade cambial. Então, aquela farsa do Real forte, que era

insustentável, acabou. O próprio Fernando Henrique usou essa expressão: é exportar ou morrer”, resume.

Foto: Agência Brasil/Divulgação



O setor agrário sob o guarda-chuva de um *think tank* – mantido pelo capital nacional e transnacional – financia a Frente Parlamentar da Agropecuária, a qual ocupa praticamente 40% da Câmara Federal (foto) e um terço do Senado para criar e aprovar leis a seu favor

A era Lula e o agro

Em 2002, Lula vence as eleições e nomeia para seu ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, ex-presidente da Associação Bra-

sileira do Agronegócio (Abag). Isso já era reflexo de que Lula, na famosa Carta aos Brasileiros, quando defendia “valorizar

o agronegócio e a agricultura familiar”, também firmava um compromisso de não quebrar os contratos do governo com os rentistas,

financistas e manter a agricultura brasileira “bombando”, diante de um mercado internacional que estava superaquecido.

Mais poderosa do que o latifúndio

Há uma mudança profunda no modelo econômico, porque, atrás dessas grandes empresas capitalistas e das transnacionais que dominam vários setores da agricultura brasileira, há uma nova força mais poderosa do que o latifúndio, o capital financeiro.

Por trás de vários desses investimentos, existem fundos de pensão e fundos de investimentos.

Isso é importante para se entender que o volume de dinheiro à disposição desses setores é muito grande. Trata-se de uma massa imensa de capital que antes não estava direcionada para a agricultura. Além de toda a parte financeira dos títulos, começa a existir a *comoditização*.

"Muitos vão dizer que o governo Lula se acadelou porque foi

cooptado quando virou governo. Mas é preciso observar a base material do que aconteceu. O preço da terra voltou a explodir. As margens de ganho na década de 2000 foram extraordinárias. Houve o boom da soja. A China comprava tudo que era agrário: mineral, óleo, grãos e polpa de celulose", relativiza.

O governo Lula não fez reforma

agrária. Tentou, mas não conseguiu. Porque havia, além de uma decisão política, o compromisso de não quebrar nem romper com o capital financeiro. Portanto, o 'agro' era necessário para manter as reservas cambiais. Mas também não havia condições, porque esse setor, o do agronegócio, se tornara uma força política imensa lastreada pelos fundos de investidores.

Modelos de agricultura e capital financeiro

Essa mudança inviabilizou a conquista de áreas e a mobilização no campo. "Quando não se tem conquistas, se tem dificulda-

des para mobilizar as pessoas. E, por outro lado, se você olhar toda a política social, que foi muito importante, por conta da geração de

empregos, que é real e existiu, se constata um esvaziamento daquele público que queria lutar por terra", esclarece Martins.

A partir das análises feitas pelo MST em 2007 e em 2014, em seus 4º e 5º Congressos, respectivamente, sobre o que significa a Reforma Agrária Popular, o movimento concluiu que mudara a correlação de forças, mudara o 'inimigo', e que já não seria mais simplesmente o latifúndio, mas o agronegócio e o capital financeiro.

"O agronegócio é a expressão do modelo de agricultura do capital financeiro." Então, para fazer o contraponto, tornou-se necessário um arco de alianças muito mais forte. Isso obrigou o MST a concentrar forças na qualificação da produção.

"Na reforma agrária popular, ainda é importante a cooperação agrícola, a organização dos fatores produtivos – discussões lá dos anos 1990 –, mas é fundamental, também, discutir a função social dessa terra libertada. Essa terra tem de produzir alimentos. E não pode ser qualquer alimento. Tem de ser alimento de qualidade. Portanto, a agroecologia nessa virada veio a se somar. E esse amadurecimento do MST também desenvolveu e coincidiu com esse

giro do modelo econômico. A convivência na Via Campesina nos permitiu entender melhor a necessidade de adotar uma agricultura ecológica", argumenta Adalberto.

Mas qual o sentido da reforma agrária, hoje?, indaga. "Geração de empregos, não apenas do ponto de vista da produção de alimentos. Não apenas do ponto de vista do combate à desigualdade. É, também, do ponto de vista de uma condição de democracia e de diminuir a força deste setor empresarial da agricultura. Mas é também um objeto de sustentabilidade, de produção de saúde, de um meio ambiente sadio", justifica Adalberto.

"Não à toa, o MST lançou a campanha *Plantando árvores e produzindo alimentos saudáveis*, porque é isso que conecta os camponeses à modernidade. A função social dos camponeses é a produção de alimentos saudáveis e recuperação dos bens naturais que estão nos nossos territórios. E essa função é revolucionária. Lutar por isso e defender isso permite alianças e permite, também, avançar com um projeto de humanidade frente a este colapso ecológico, ambiental e destrutivo imposto pelo grande capital", resume.



Foto: MST Alagoas/Divulgação

Modelo agroecológico sustentável defendido pelo MST para a produção de alimentos livres de venenos é contraponto ao agronegócio

Parque mineral e comoditização da agricultura

Martins lembra que no Rio Grande do Sul pode-se acrescentar mais um elemento à análise da questão agrária, que é a mineração. O estado se tornou o maior

parque mineral do Brasil. Segundo ele, a mineração está migrando de Minas Gerais, onde as grandes empresas exauriram o estado, e estão vindo para o RS.

"Os grandes embates se darão com esses megaprojetos minerais. Já são cinco mil projetos em estudos. Destes, quatro já estão em adiantado processo de licencia-

mento ambiental. Um deles era este da Mina Guaíba, que o MST e os movimentos ambientalistas conseguiram segurar, ao menos por ora", aponta.

Conflito moderno

Adalberto teoriza: "O conflito da terra se modificou. Se a gente olhar os últimos 15 anos, perceberemos uma diminuição do número de ocupações. Por outro lado, os conflitos aumentam. Isso ocorre porque os setores financeiros estão se apropriando das terras públicas na lógica da comoditização da agricultura brasileira. Isso tudo

se transforma em títulos financeiros e ações da Bolsa de Valores."

A crise de 2008 transformou a terra em um espaço de reserva de valor muito importante. Muitos fundos abandonam os títulos podres (títulos de dívidas públicas e privadas de alto risco e alta rentabilidade) e passam a comprar títulos de terras.

Mais recentemente, não por aca-

so, são justamente essas as iniciativas da Frente Agropecuária, que é um conjunto de leis para a regularização fundiária. Eles argumentam que é muito importante a regularização para os pequenos produtores, mas por trás está a legalização de uma tremenda grilagem de terras.

"É por isso que acelerou o desmatamento, as queimadas, porque

o que está em curso é um grande processo de apropriação de terras públicas no Brasil inteiro, não apenas na Amazônia. Vale também para o Cerrado, para o Pampa, para o Pantanal. Isso explica por que aumentaram os conflitos por terras. As populações estão resistindo às ocupações do capital e isso gera tensão e violência."

Quem banca a Frente Parlamentar da Agropecuária

"A presença política da grande fazenda é histórica desde o Império, na República Velha, na Nova República, com a sociedade mais democratizada. As articulações setoriais sempre existiram. A novidade é que há um setor que é mais amplo do que a fazenda em si ou o fazendeiro. "Trata-se de *holdings* que estão por trás de um empreendimento para cumprir expectativas de um conjunto de investidores", afirma Adalberto Martins.

Essa comunhão da grande fazenda com o capital financeiro lastreia ainda mais a necessidade de financiarem seus candidatos. "Tanto é que cresceu a bancada ruralista. Se olharmos de Ronaldo Caiado para cá, vão mudando os nomes. Basta ver quem são ou foram os ministros da Agricultura: Roberto Rodrigues (Lula), Kátia Abreu (Dilma), Blairo Maggi (Temer), Tereza Cristina, a rainha do veneno (Bolsonaro). Todos ligados ao agronegócio. Isso é a expressão dessa força econômica e política, que está lastreado na Câmara dos Deputados, no Senado e no Judiciário", revela Adalberto.

A antiga bancada ruralista, re-

paginada para Frente Parlamentar da Agropecuária, existe desde 1995 e se consolida como um dos segmentos mais poderosos no Congresso brasileiro. É responsável, por exemplo, por mais da metade dos votos *pró-impeachment* de Dilma Rousseff e ajudou a enterrar, com igual número de votos, duas denúncias de corrupção contra o ex-presidente Michel Temer, em 2017. Praticamente 40% da Câmara Federal e um terço do Senado. São parlamentares cujo apoio é disputado por presidentes eleitos ou que pretendam vir a ser. Ali, são costurados cargos e distribuição de cargos em todos os governos.

A MANSÃO – Congressistas e lobistas se reúnem semanalmente em uma mansão no Lago Sul, área nobre de Brasília, a fim de definir estratégias para aprovações de leis que beneficiam o setor e os interesses dos investidores.

As despesas com aluguéis, funcionários, almoços, infraestrutura, água, luz e telefones são mantidas pelo Instituto Pensar Agropecuária (IPA), *think tank* que arrecada dinheiro de mais de 40 associações do segmento e de empresas multina-



Foto: Igor Sperotto

Alceu Castilho, do Observatório De Olho Nos Ruralistas

cionais e transacionais como Bayer, BRF, JBS, Bunge, Nestlé e Cargill.

"A frente agropecuária é financiada, por empresas nacionais e multinacionais a partir de associações como Aprosoja, Sociedade Rural Brasileira, Fiesp, etc, por multinacionais, inclusive, que possuem defensoras do planeta e do clima", denuncia Alceu Castilho.

"São eles que financiam a boiada a partir da Frente Parlamentar da Agropecuária, que é quem coloca no Congresso os projetos de

Lei que retiram os direitos dos camponeses, indígenas e quilombolas; que retiram os direitos ambientais, que promovem o uso de agrotóxicos sem limites. E assim por diante. De forma sintética, dá para dizer que o capital nacional e internacional banca a FPA, que é a expressão mais organizada da bancada ruralista. Eles bancam a boiada, apesar dos seus discursos em torno do *greenwash*, como se fossem defensores do ambiente e do clima. Isso é essencial para entender o Brasil".

Veja como é fácil dar uma aula de cidadania

Com a ajuda dos professores, o Sinpro/RS distribui cestas básicas e produtos de higiene pessoal. A vida está difícil para todo mundo, mas mesmo com uma pequena contribuição, você pode fazer uma grande diferença na vida de quem mais precisa.

Chave PIX para doação: 51997337506

saiba mais em www.sinprors.org.br



Professores definirão receitas do Sinpro/RS para 2022

Assembleia Geral, convocada para o dia 18 de dezembro, pelo Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS), decidirá sobre as receitas e a destinação dos recursos para as negociações coletivas, os projetos e a manutenção da entidade no próximo ano

por Valéria Ochôa

Historicamente, é no mês de dezembro que os professores do ensino privado gaúcho fazem a previsão orçamentária do Sinpro/RS para o ano seguinte. Em 2021, a Assembleia será realizada no dia 18 de dezembro, às 14h, de forma presencial e virtual, experiência adquirida durante a pandemia e que possibilitará a participação de um maior número de professores nessa esfera de decisão.

O encontro presencial será em Porto Alegre, no Spazio Allegro (Rua Dona Augusta, 83, sala Roma, bairro Menino Deus). O endereço da sala virtual e as cédulas de votação serão enviados por e-mail aos professores.

"A manutenção do Sindicato sempre foi decidida pelos professores coletivamente", expõe Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS. "A categoria sabe da importância de ter e manter uma entidade sindical forte e representativa. São as nego-

ciações coletivas do Sinpro/RS com as representações patronais que têm mantido não apenas o poder aquisitivo dos salários dos professores, mas um patrimônio de direitos, como os adicionais por tempo de serviço e por aprimoramento acadêmico e o desconto para dependentes nas mensalidades". E destaca: "Esses direitos não são benesses das instituições de ensino".

Cecília destaca como exemplo também a atuação do Sindicato durante a pandemia. "O Sinpro/RS trabalhou diuturnamente para garantir a empregabilidade dos professores e as condições de trabalho qualificadas", observa. "Essa ação expressa o Sindicato forte, bem estruturado e respeitado que é o Sinpro/RS, não apenas pela própria categoria, como também pela representação sindical e sociedade em geral."

RECURSOS – As principais receitas desta entidade sindical vêm das mensalidades dos associados

e da Contribuição Assistencial/Taxa Negocial. Até o fechamento desta edição, o quadro social da entidade contava com 19.817 professores – mais de 58% da base sindicalizada.

"A atuação permanente do Sindicato em suas diferentes frentes, luta, serviço e cidadania, e em todo o estado, passa pela definição estratégica da sustentação financeira da entidade", explica Cecília. "Essa estrutura tem um custo." É essa estrutura, com 13 regionais, que garante também a assistência aos professores nas rescisões contratuais em todos os níveis de ensino.

ASSISTÊNCIA – Entre os serviços prestados pelo Sinpro/RS, estão os planos de saúde médico e odontológico, conveniados com a Unimed, Centro Clínico Gaúcho e Uniodonto, os quais garantem preços mais acessíveis em comparação com os oferecidos no

mercado. Esses planos atendem a 10.884 associados e dependentes.

Além disso, o Sinpro/RS disponibiliza aos professores assistência jurídica trabalhista, previdenciária, cível e criminal; o Sinpro/RS Vantagem, com mais de 500 convênios em hotéis, restaurantes, academias, entre outros, com descontos especiais; o Hotel Casa do Professor, em Porto Alegre, e o Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP). "Trata-se de um atendimento integral aos professores", afirma Cecília.

A Assembleia do dia 18 é a primeira instância de decisão do orçamento do Sindicato. Depois, em março, a Assembleia que definirá as pautas de reivindicações dos professores também decidirá sobre o desconto da Contribuição Assistencial/Taxa Negocial de todos os professores beneficiados pelas negociações desenvolvidas pelo Sinpro/RS.

SINPRO/RS

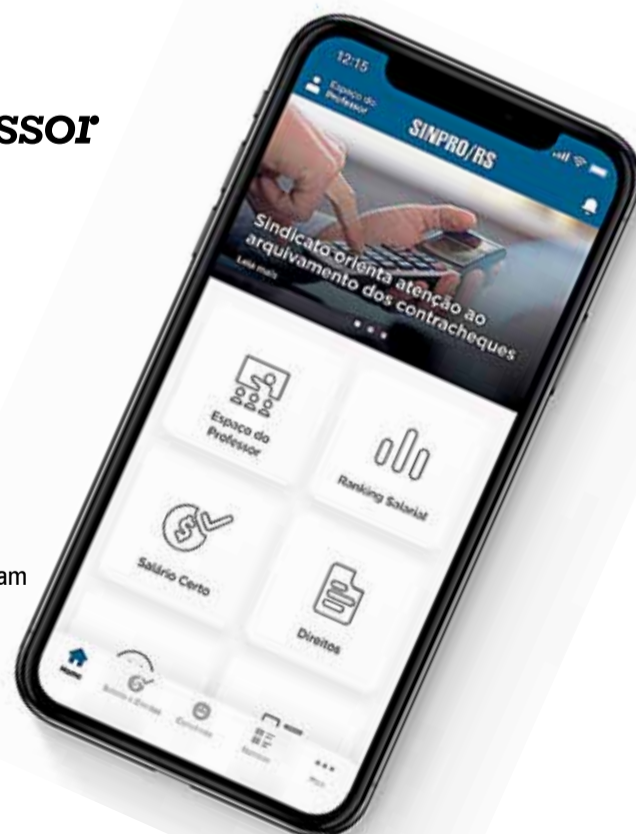
Nova versão do App integra Espaço do Professor

O Sindicato dos Professores lança, em dezembro, a nova versão do aplicativo da entidade. Atualizações no sistema permitirão o acesso ao Espaço do Professor, área restrita, exclusiva para os professores do ensino privado acessarem seu cadastro no Sindicato, com a possibilidade de atualização direta dos dados pessoais, dos contatos e a inclusão de dependentes, assim como acesso aos boletos dos planos de saúde e a informações sobre o andamento das ações judiciais.

Além dos serviços que já estavam disponíveis, como o Ranking Salarial, a ferramenta para cálculo correto dos salários, o Salário Certo, os convênios para associados e convenções e acordos coletivos, a nova versão do App trará as notícias do ensino privado.

A atualização integra o processo de modernização dos serviços do Sinpro/RS, um dos primeiros sindicatos a utilizar a plataforma como ferramenta de aproximação com os usuários. A atualização estará disponível nas lojas de aplicativos de todos os celulares e dispositivos móveis. Para os que já baixaram o App em seu celular, ela ocorre automaticamente.

Notícias ganham espaço de destaque



Sindicato intensifica apoio aos professores nas rescisões contratuais

O Sindicato dos Professores intensificou, em dezembro, as ações do Programa de Apoio ao Professor em Fase de Rescisão, o *Vamos*. O objetivo da entidade é prestar apoio aos docentes no momento da homologação de seu desligamento, dando o suporte e acolhimento necessários neste período em que se avolumam as demissões nas instituições de ensino.

O *Vamos* dispõe desde um ambiente acolhedor e receptivo no local da rescisão até orientações sobre eventuais questões contratuais e trabalhistas detectadas no momento de conferência da documentação.

“Ao ser recebido no Sindicato, o professor tem acesso a serviços como assessoria jurídica, apoio psicológico, opções por plano de previdência, planos de saúde,

além de uma lista de instituições que podem oferecer vagas e um espaço exclusivo no site do Sindicato para cadastro de currículos, o *Projeto*”, explica Erlon Schüler, diretor do Sinpro/RS.

Outro ponto destacado por ele é o importante trabalho do *Vamos*, em parceria com o Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP), outro serviço ofereci-

do pelo Sinpro/RS regularmente. “A ideia é acolher de forma adequada, com a ajuda profissional, aqueles professores que tenham vivido alguma situação de violência implícita ou explícita no ambiente de trabalho”, afirma.

O *Vamos* está disponível em todas as regionais e sedes do Sindicato, com profissionais treinados e habilitados para o atendimento.

CAMPANHA

Professores Solidários ganha reforço em dezembro

O projeto Professores Solidários, coordenado pelo Sinpro/RS, encerra 2021 com 400 cestas básicas distribuídas para professores, instituições de apoio, aldeias indígenas e comunidades quilombolas, além de 200 cobertores entregues em todo o estado.

As ações foram realizadas com a colaboração financeira de professores do ensino privado, com contribuições durante todo o ano.

Com o final de ano, o Sindicato pretende ampliar as doações. Para isso, reforça o pedido de doações. “Neste período, as demandas aumentam muito. Precisamos do apoio dos professores para ampliar a arrecadação”, diz Patrícia Carvalho, diretora do Sinpro/RS. Confira a seguir como doar:

Depósito – Banrisul | Banco 041 | Agência: 0100 | Conta corrente: 06.253.0242-2 | CNPJ Sinpro/RS: 92.948.389/0001-10.

Chave PIX – 51.997337.506



Quilombo Machado foi uma das comunidades auxiliadas

APOSENTADORIA

por Daisson Portanova

Advogado da Apaepers



Necessária política de valorização dos benefícios previdenciários

É comum vermos os trabalhadores já aposentados, ou recebendo benefícios do INSS, insatisfeitos com os valores dos benefícios ou sua forma de atualização. Não raro, referem que há muito contribuíram com valores altos, citando a época em que o teto máximo era 20 salários mínimos – em um cálculo aproximado, seria em torno de R\$ 22.000,00; se tivessem se aposentado com 10 salários mínimos, algo próximo a R\$ 11.000,00 –, e hoje não recebem nem dois ou três salários.

As evoluções legislativas, em especial com a Constituição de 1988, nos deram uma percepção equivocada dos valores de benefícios, quanto mais pelo fato de, por um período, eles terem sua vinculação ao mínimo, nos dando a sensação de estabilidade.

Entretanto, com as alterações normativas, critérios de reajustes diferenciados e a pretensa valorização do salário mínimo em termos reais geraram esta sensação de perda ou de desvalorização dos benefícios, pois nos leva, mesmo que inconscientemente, a equiparar a renda recebida hoje com a expressão inicial em salários mínimos.

Nos últimos períodos em que o salário mínimo foi merecedor de ganho real, os benefícios previdenciários não tiveram o mesmo poder de recuperação, tão pouco foi deferido aumento real às prestações pagas pelo INSS.

Mal comparando, nos últimos 15 anos em que houve a garantia de recuperação do salário mínimo, chegamos a um ganho real do mínimo que ultrapassou a casa dos 80% e, com isso, o distanciamento do poder de compra dos benefícios ficou à margem desta benesse.

Nos últimos anos, ou melhor, desde 1991, quando foi editada a norma previdenciária regulamentar à Constituição Federal, não houve, por parte dos gestores, valorização dos benefícios ou deferimento de ganho real a eles, restando tão somente o repasse da inflação geral, ressentindo-se, com o tempo, a sensação clara de perda do poder de compra.

Hoje, o teto máximo pago pelo INSS é de R\$ 6.433,57. Se comparado aos idos tempos do teto em 20 salários mínimos, o teto de hoje representa pouco mais do que um quarto do valor, reflexo sentido nos benefícios pagos e na sua gradual desvalorização.

Nota-se dos últimos governos, seja pelas reformas redutoras de direitos sociais como a terceirização, pela reforma trabalhista e, ainda, pela reforma previdenciária, que há uma nítida tendência de estagnação dos direitos e menor valorização dos benefícios, mantendo-se como critério de reajuste somente a inflação no decorrer do ano.

O sistema previdenciário é um verdadeiro redistribuidor de riquezas, redutor de desigualdades e minorante em relação à pobreza. É imperativa e necessária maior atenção aos benefícios pagos, pois está nítido que, com o passar do tempo, a tendência será uma igualização de valores, mas não pelo teto a ser pago, mas, sim, a rasa frustração de serem pagos no piso mínimo de um salário mínimo, tendência a ser obstada com uma nova visão das prestações benéficas pagas, reflexão a ser repensada na vinda de um novo ano eleitoral.

Assembleia de Credores da Aelbra é adiada



Foto: Ulbra/Divulgação

O Sinpro/RS e sindicatos dos trabalhadores técnico-administrativos apoiaram a solicitação dos demais credores da Associação Educacional Luterana do Brasil (Aelbra) de suspensão da Assembleia de Credores da Recuperação Judicial (RJ), no dia 25 de novembro. A Assembleia será reinstalada no dia 10 de dezembro, às 14h.

A suspensão foi deliberada para que sejam feitos ajustes no texto final do Plano de Recuperação Judicial, que tramita na 4ª Vara Cível de Canoas, a fim de assegurar direitos dos seus representados e um detalhamento do substitutivo que prevê a venda de operações da Ulbra.

Foram apontadas “lacunas e in-

consistências” em relação às condições já negociadas e que não foram contempladas na redação no Plano de Recuperação. “Apresenta inconsistências e contradições não só em relação aos créditos trabalhistas, mas nos anexos que definem o que será vendido para pagamento aos credores, restando dúvidas no processo de venda dos ativos da instituição”, explicou Caio Zogbi Vitória, assessor especial do Sinpro/RS na RJ.

Uma comissão formada por dois representantes de cada uma das três classes de credores habilitadas no processo de RJ fará os trabalhos de revisão e ajustes no texto Plano de Recuperação até a data da homologação. A ven-

da dos ativos e o modo como os pagamentos serão feitos aos credores não podem conter dúvidas, ressalta o representante dos professores junto à RJ.

BANRISUL – O Banrisul, que era credor habilitado na Classe III (quirografários – bancos e financeiras com direito a créditos sem garantia), foi reclassificado por força de uma decisão judicial proferida pelo desembargador Nilton Carpes da Silva, integrante da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJRS), em julgamento que ocorreu de forma simultânea à reinstalação da assembleia de credores.

Por meio de um agravo de instrumento, o banco passou à condi-

ção de credor com garantias reais e, com essa decisão, foi habilitado na Classe II de credores com garantias – que estava vazia no processo.

O Banrisul é credor de cerca de R\$ 57 milhões referentes a um acordo anterior que previa o pagamento, pela Aelbra. O valor se refere a 10% do total devido, conforme acordo firmado entre o banco e a Aelbra. Com o descumprimento do acordo, a instituição financeira retomou o pleito da integralidade dos seus créditos e não o percentual acordado.

Essa pretensão, no entanto, foi afastada pelo Judiciário, permanecendo o banco habilitado somente aos valores já habilitados na RJ.

ULBRA – A Assembleia de Credores deverá deliberar no dia 10 sobre a proposta de venda das operações da Ulbra (*campi* de Canoas, Guaíba, Carazinho, Santa Maria, Cachoeira do Sul, Torres e São Jerônimo e polos de EaD), para o pagamento de parte do passivo da mantenedora. Em valores corrigidos, a Aelbra acumula dívidas de R\$ 9 bilhões, dos quais cerca de R\$ 4 bilhões são referentes a operações com bancos, fundos de pensão e dívidas trabalhistas e R\$ 5 bilhões em dívidas tributárias.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Boletim quinzenal propõe discussões

Com circulação quinzenal, o boletim eletrônico do Fórum da Educação Superior (FES), lançado na segunda quinzena de outubro, já conta com quatro edições e teve boa repercussão na categoria.

A publicação virtual abordou por meio de reportagens e artigos os seguintes temas: crise das instituições desse segmento educacional; a volta à presencialidade; a mercantilização da educação; turmas estendidas; o reajuste das mensalidades e a projeção da reposição da inflação na hora-aula dos professores; cessão de direitos do professor

durante a pandemia, financiamento estudantil e demissões.

O Fórum da Educação Superior (FES) é um espaço editorial elaborado pelos sindicatos de professores (Sinpro/RS, Sinpro/Noroeste e Sinpro/Caxias), com o objetivo de levar aos professores do ensino privado informação, opinião e debate sobre a educação superior no estado e no país. Interessados em contribuir podem enviar seus textos para os e-mails direcao@sinprors.org.br, sinpro.iju@terra.com.br e sinpro@sinprocaxias.com.br.

Todas as edições podem ser acessadas no site do Sinpro/RS.



SINPRO/RS
Cartão do associado

0000100 10.2022
Matrícula Validade

SINPRO VANTAGEM
Rede de descontos

Só quem é sócio tem um cartão que você usa, precisa e economiza.

Baixe o App do Sinpro/RS ou confira no site sinprors.org.br/vantagem a relação completa de descontos nas empresas parceiras.



SINPRO/RS
Você usa, você precisa.
SINDICALIZE-SE!

TRT4 condena UniRitter e Fapa a remunerar professores por horas-aulas suprimidas na pandemia



Foto: Igor Sperotto

A 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4) reverteu decisão de primeiro grau da 28ª Vara do Trabalho de Porto Alegre e condenou o UniRitter, campi Canoas e Porto Alegre, e a Fapa ao pagamento aos professores de horas trabalhadas sem a devida remuneração.

A decisão abrange descumprimentos de contratos de trabalho em virtude da supressão de carga horária devido à unificação de turmas durante a pandemia em 2020 e 2021, uma prática adotada por diversas universidades e vetada pela Justiça do Trabalho. Em maio deste ano, o UniRitter e a Fapa foram vendidos pela Laureate à Anima Educacional. A ação coletiva foi ajuizada pelo Sinpro/RS.

“A conversão de duas ou mais turmas presenciais em uma única aula virtual significa perda de carga horária para os professores, que, além disso, acabam trabalhando em dobro ao assumirem a responsabilidade pela avaliação e acompanhamento de turmas”, destaca a professora Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS.

A decisão de segunda instância, à qual ainda cabe recurso, garante a manutenção da carga horária contratada e dos salários dos professores ao reconhecer que houve procedimentos irregulares adotados pelo empregador.

REDE METODISTA

Pagamento dos salários em pauta

O Sinpro/RS esteve reunido, no final de novembro, com a direção-geral e diretoria administrativa da Rede Metodista para buscar definições da entidade quanto ao pagamento dos salários, 13º e férias de 2021 dos professores. A Rede teve recentemente interrompida sua Recuperação Judicial (RJ), após decisão do STJ, o que inviabilizou o repasse de verbas previstas pela instituição para o pagamento dos valores a vencer.

A direção Metodista entrou com recurso pedindo a manutenção da RJ. A ação seria julgada no dia 7 de dezembro. Na data, um dos ministros do STJ pediu vistas ao processo, o que paralisou o andamento, temporariamente. De acordo com os dirigentes, a Rede trabalhava na expectativa de decisão favorável ao prosseguimento da Recuperação, o que liberaria recursos da venda de três imóveis pertencentes à Igreja Metodista, mantenedora das instituições de ensino.

DEZEMBRO – Na reunião com o Sindicato, o diretor administrativo destacou que os salários correntes serão pagos até o dia 10 dezembro, conforme já acordado, e que não há, até o momento, ações de bloqueio que ameacem esta perspectiva. A direção do Sinpro/RS retomará as reuniões com a Rede após as definições judiciais, ainda sem data.

A Rede Metodista é integrada por 11 colégios e seis instituições de educação superior, com cursos de graduação, mestrado, doutorado e especializações no Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. A instituição emprega cerca de 3 mil funcionários, dos quais 1.200 são docentes, e atende a 19 mil alunos da educação básica ao ensino superior.



Existe nas sociedades contemporâneas um olhar intenso do culto ao corpo, em que as pessoas experimentam uma extenuante inquietação com a imagem corporal e a estética.

Esse culto (consumo) do corpo ideal atinge todas as classes sociais e faixas etárias, crianças inclusive, amparado em uma narrativa que ora lança mão da questão estética, ora da preocupação com a saúde.

E a indústria da beleza, das dietas e afins, sustentadas pela mídia, reforça esses padrões com promessas inalcançáveis de beleza e glamour em busca do corpo belo.

Acredite! Você é único

Não há padrão de beleza. Não compre essa ideia. Somos muitos, somos únicos e diferentes e é exatamente isso o que nos torna belos e exclusivos. Considere essa possibilidade, repense o olhar sobre você mesmo e se dê uma chance de relaxar e — quem sabe — melhorar sua autoestima.

Exercício físico a serviço de sua saúde!

Sermos saudáveis nos torna belos porque nos torna fortes. O movimento é nosso combustível. Nos enche de energia, apesar de nos deixar cansados, melhora nosso sono, nossa libido, ajuda nosso corpo a perder gordura em excesso e produz sensação de bem-estar e equilíbrio.

Em suma, com todos os benefícios que a atividade física promove, podemos dizer que atua diretamente na beleza de cada um. Pratique! Mexa-se!

Aulas on-line

Em parceria com a Unimed Porto Alegre, oportunizamos uma grade semanal de atividades físicas on-line, totalmente gratuita. Acesse e se inscreva:

www.unimedpoa.com.br/blogviverbem/agenda

MOVE – Grupo de Corrida e Caminhada em Porto Alegre
www.sinprors.org.br/saude/grupo-de-caminhada-e-corrída

A Plataforma Somos Move

Uma plataforma digital de videoaulas de muitas atividades físicas e treinos, receitas e planos alimentares.

É livre e gratuita para os associados e dependentes do Sinpro/RS. Acesse e faça seu cadastro.

www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor

Sinpro/RS ajuda você a construir um estilo de vida positivo.





Justiça

A 1ª Vara de Execuções de Porto Alegre determinou que cada dia de pena cumprida no Presídio Central seja contado em dobro. Um gesto de racionalidade em um sistema que tem dificuldades de se conectar com a realidade da execução penal e com seus efeitos criminogênicos

Foto: Sidinei Brzuska/ Acervo Pessoal



Presídio Central: enfim, a decisão corajosa de uma juíza enfrenta a lotação desumana da pior cadeia da América Latina

Na primeira cena do documentário *Justiça*, de Maria Augusta Ramos, todo ele com cenas reais de audiências judiciais, vemos um homem negro que deve responder a perguntas de um juiz em um processo criminal no Rio de Janeiro. O magistrado pergunta se a denúncia é verdadeira, ao que o réu, prontamente, responde “não, não é verdadeira não, senhor.” Então, o juiz quer saber como se deu a prisão, ao que o acusado responde que estava na rua, no carnaval, que “saiu uma correria”, que alguns policiais estavam atirando, que procurou uma rua lateral para se proteger quando três homens, que fugiam da polícia, passaram por ele. Na sequência, foi preso; o único preso. O primeiro detalhe: os fugitivos eram suspeitos de terem praticado um arrombamento após a escalada de um muro. O segundo detalhe: o homem negro preso é cadeirante, não tem uma perna e a outra é tão fina que parece só osso.

O réu começa a relatar ao juiz que os policiais o derrubaram da cadeira de rodas e bateram nele, produzindo lesões. Nisso, é interrompido pelo magistrado que, impávido, dita o depoimento, omitindo todo o relato e fazendo constar apenas a negativa de autoria e a afirmação de que o réu não conhecia os três “elementos”. Então, o homem negro solicita que seja determinada sua remoção para

um hospital, porque, na 25ª delegacia, onde ele está preso preventivamente, há 79 pessoas na cela e ele precisa se arrastar para defecar. O magistrado, então, diz: “Só posso fazer isso se houver uma solicitação médica, porque esse é um assunto médico, não um assunto de juiz”. Depois disso, o juiz pergunta há quanto tempo o réu está na cadeira de rodas. O homem responde que é cadeirante desde 1996. O magistrado, então, aparentando surpresa, pergunta: “Mas o senhor estava na cadeira de rodas quando foi preso?” “Claro, doutor, estava na cadeira.”

Possivelmente, o tema também não constituía “assunto de juiz”, afinal, o que a situação *kafkiana* de um cadeirante estar sendo acusado de um arrombamento com escalada tem a ver com a noção de Justiça? O que a condição de 79 pessoas empilhadas em uma carceragem de uma delegacia de polícia constitui “assunto de juiz”? E o que uma denúncia de uma pessoa com deficiência que afirma ter sido espancada por agentes encarregados de fazer cumprir a lei tem a ver com o ofício do burocrata que imagina “aplicar a lei”?

Alguém poderia pensar que essa seja uma situação anômala, um ponto fora da curva. O trabalho de Maria Augusta Ramos, não apenas esse *Justiça*, mas também *Juízo*, seu documentário mais re-

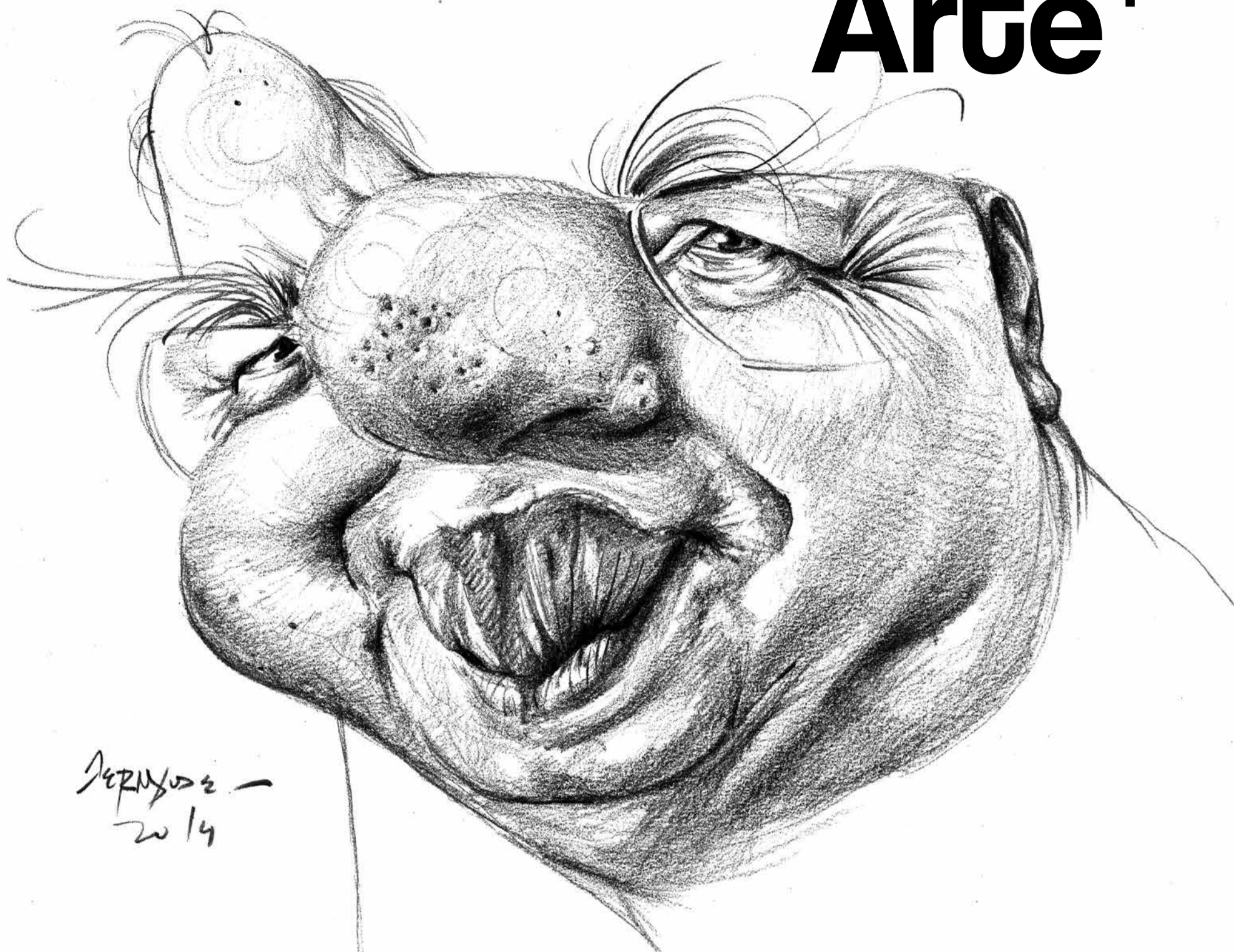
cente, ambos disponíveis na Netflix, sugere que não. O que vemos na tela, em audiências reais com câmera fixa nos operadores do Direito, é um padrão no tratamento com os pobres e os negros.

Os efeitos de uma postura correta e respeitosa de uma autoridade pública sobre as pessoas são surpreendentes. As pesquisas do professor Tom Tyler (Yale University) demonstraram que, quando autoridades agem de forma justa e respeitosa, essa conduta aumenta a adesão das pessoas à lei, fazendo com que elas tendam a obedecer às autoridades, mesmo diante de decisão contra seus interesses. O livro de Tyler (2006) *Why People Obey the Law* (Por que as pessoas obedecem à lei) inaugurou uma nova abordagem conhecida como *Procedural Justice* (Justiça Procedimental), demonstrando que comportamentos desrespeitosos, violentos e não profissionais de policiais, promotores e juízes prejudicam os esforços de aplicação da lei, porque reduzem as chances de as pessoas colaborarem com as investigações.

Para a Justiça Procedimental, é preciso dar voz às pessoas, e escutá-las com atenção. Os magistrados, especialmente, devem se manter equidistantes das partes, reduzindo os riscos de pré-julgamento. Explicando esses e outros princípios, a juíza Victoria Pratt, em palestra no projeto TED, con-

ta a diferença entre perguntar em uma audiência a uma pessoa que tem pouca escolarização ou tem o inglês como seu segundo idioma: “O senhor está tendo dificuldade de entender essa papelada toda?” Ou simplesmente: “O senhor sabe ler?” Na primeira alternativa, a pergunta é uma oferta de ajuda; na segunda, uma humilhação. Essa forma de se relacionar com as pessoas mais simples e humildes pode mudar a qualidade do acesso à justiça.

Lembrei disso porque, recentemente, a juíza Sonáli da Cruz Zluhan, da 1ª Vara de Execuções de Porto Alegre, atendendo a pedido da Defensoria Pública e aplicando jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, determinou que cada dia de pena cumprida no Presídio Central seja contado em dobro, tendo em conta a superlotação e as condições desumanas de execução da pena. A decisão, imediatamente contestada pelos adeptos do “estado inconstitucional de coisas” em matéria penal, representa um gesto de racionalidade e de respeito em um sistema que, há muito, tem dificuldades de se conectar com a realidade da execução penal e com seus efeitos criminogênicos. A boa notícia, portanto, é: sim, temos juízas e juízes dispostos a mudar isso. Talvez sejam poucos, mas que diferença elas e eles fazem!



Homenagem gráfica ao cronista do Brasil

por Stela Pastore

Em uma festa de traço, tinta e admiração explícita, 85 talentosos desenhistas de humor e artistas visuais retrataram Luis Fernando Verissimo em caricaturas, ilustrações, charges. Por três dias, uma pracinha da capital gaúcha virou galeria de arte ao ar livre, com dimensão à altura dos grandes salões de humor. E tudo em homenagem ao inspiradíssimo autor de mais de 80 livros e várias

séries adaptadas para a tevê.

Esta potente exposição resultou do esmerado garimpo do seu curador, Guaraci Fraga, que já coletava desenhos sobre LfV. Humorista, próximo do homenageado desde 1973 e amigo de caricaturistas, cartunistas, chargistas, quadrinistas, ilustradores e artistas visuais, Fraga convidou desde os mais famosos até alguns não tão conhecidos. Obteve adesão imediata de

profissionais e amadores, que se sentiram honrados em participar

Na mostra, LfV não estava sozinho: *O Analista de Bagé*, *Ed Mort*, *a Velhinha de Taubaté*, *a Família Brasil* e *As Cobras* posaram ao lado do criador na representação caricata. E não podiam faltar os onipresentes saxofone e máquina de escrever, além da sua postura discreta e reservada.

Com estilo único de humor, o es-

critor, roteirista de tevê, quadrinista, autor de teatro, músico, pai de família, *gourmet*, fanático pelo Inter e queridíssimo cronista do Brasil teve sua pluralidade traduzida com graça. Revisor de jornal e até astrólogo interino, assim ingressou na *Zero Hora*, em 1967. Lá, brilhou por décadas, até ser demitido em 2017. Colunista do *Extra Classe* desde a primeira edição, há 25 anos, é um dos orgulhos do jornal.

Elenco plural

Pela envergadura da homenagem, o evento uniu um elenco nunca antes reunido, a partir de mestres da caricatura brasileira, como Baptistão, Cau Gomes, Dalcio, Fernandes, Cavalcante e Lula Palomares. Incluiu veteranos do humor nacional, como Laerte, Angeli, os irmãos Chico e Paulo Caruso, Renato Aroeira, Alcy Linares, Edgar Vasques e Santiago. E envolveu talentos de várias gerações, desde Adão Iturrusgarai, Rodrigo Rosa, Rafael Sica, Rafael Corrêa, Benett, Jota Camelo, Bruno Ortiz e Max Ziemer. As artistas gráficas Carla Pilla, Fabiane Langona, Helô D'Ângelo e Mauren Veras formaram o competente naipe feminino na mostra.

Um dos Mestres Disney no mundo, o quadrinista gaúcho Renato Canini teve participação pós-

tuma. E assim desfilaram nomes de todas regiões do país, dos mais antigos à gurizada, em um mix de técnicas que vão desde velhos desenhos a caneta em folhas soltas, carvão e aquarelas, até às avançadas pranchetas digitais.

Conhecido pelo 'silêncio eloquente', mas de exuberante narrativa, LFV traduziu como ninguém a realidade brasileira em suas crônicas. Em 50 anos, produziu (se estima) cerca de dez mil textos para os mais destacados jornais e revistas do país. Referência de opinião crítica, sua posição balizou a interpretação sobre os acontecimentos políticos. Opositor desde a ditadura militar até o atual presidente, a quem chama de "cataclismo", afirmou que a guerra civil começou há anos, só não saiu no Diário Oficial.

Homenagem da cidade

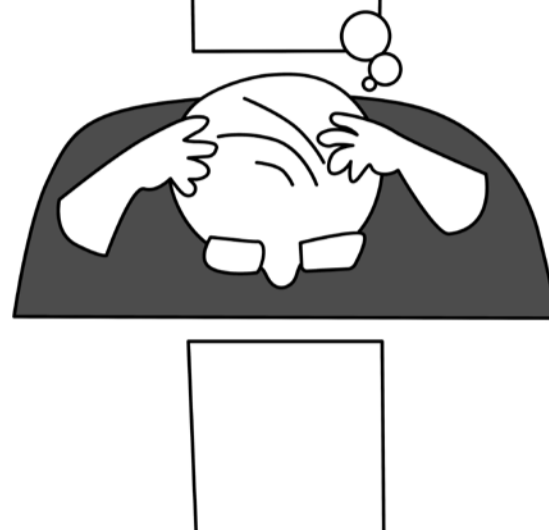
"Não é necessário justificar o significado do escritor, poeta, desenhista, jazzista, caricaturista Luis Fernando Verissimo. Ele é um nome nacional, reconhecido internacionalmente e escolheu ficar aqui em Porto Alegre", destaca a ex-secretária de Cultura da capital Margarete Moraes. Ela nutria um desejo antigo, que era fazer uma homenagem a LFV.

Quando jovem, o escritor viveu um tempo nos EUA e no Rio de Janeiro até que, em 1964, recém-casado com a Lucia e pai da Fernanda, regressou à casa onde nas-

ceu, na capital gaúcha. Aqui teve Mariana e Pedro, aqui reside até hoje, na mesma casa onde viveu seu pai, o escritor Erico Verissimo.

Margarete é uma das atuais curadoras do Espaço Cultural Amelie, anfitrião e promotor da exposição. Sua localização, na Vieira de Castro quase esquina com a Jerônimo de Ornelas, tem tudo a ver com a homenagem: é em frente à praça da mostra. Para cumprir a tarefa, quatro amigos do homenageado foram chamados: Fraga, Eugênio Neves, Leandro Hals e Fabio Zimbres.

Arte: Cláudio Souza



Arte: Dalcio



Arte: Jô



Arte: Joca



Arte: Maumau



Bom de texto e de traço

"É justamente um de seus talentos menos lembrados, a caricatura, a linguagem escolhida para a demonstração de reconhecimento", comenta Fraga, que contou com a parceria dos artistas gráficos gaúchos Eugênio Neves, Leandro Hals e Fabio Zimbres para a empreitada, batizada de "Caríssimo Verissimo - Uma aclamação gráfica aos 85 anos de LFV".

"Como faltaria fio e tear para tecer mais loas ao LFV, nada mais certo do que homenagear o mestre com caricaturas, ele mesmo um bamba do traço", registra Hals, editor gráfico da mostra, e que preside a

Grafistas Associados do RS (Grafar).

"A quantidade de desenhistas que aceitaram o convite, muitas vezes criando uma caricatura especial, mostra o quanto o LFV é uma pessoa querida pelos colegas. Nos acostumamos com a presença dele, como alguém de casa, e, francamente, temos sorte pela proximidade, mas ele é realmente uma figura nacional, que mexe com todos. Entre os desenhistas, ele é respeitado também pelo desenho e não apenas pelo texto", expressa o quadrista, ilustrador e artista visual Fabio Zimbres, designer do projeto.

"Estar num espaço público vai

ao encontro do espírito do Verissimo, que tem comunicação direta com seus leitores. É uma homenagem indiscutivelmente merecida. Ele representa a nossa cultura local de forma muito expressiva e tem proximidade muito grande com esse grupo que se expressa graficamente pelo desenho", acentua Eugênio Neves, produtor do evento.

"Não temos tamanho para apresentar o Verissimo. Mas podemos, em uma pequena praça da nossa cidade, da cidade dele, em um local que é público, onde todos podem ter acesso, mostrar o quanto gostamos dele. Com a criatividade

e a inteligência traduzida nas ilustrações dos cartunistas que o retratam", resume Margaret Dorneles, proprietária do Baden Cafés Especiais e também do Espaço Amelie.

Este humanista retratado, que já confessou abandonar todas as utopias, menos a de desejar o fim da fome no mundo, demonstra receio em relação ao futuro do país que voltou ao mapa da fome e a recordes de desemprego e desigualdade. Essa temida guinada conservadora aponta que será necessário estar muito mais presente nas praças públicas, munidos fortemente de humor, atitude e contundência.





SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

Invista com inteligência.

O SINPRORS Previdência e o Plano Família Previdência agora estão juntos para o seu dinheiro render ainda mais e garantir o seu futuro e de quem você ama.



SINPRORS
PREVIDÊNCIA



FAMÍLIA
PREVIDÊNCIA

Você precisa. Seu futuro merece.

familiaprevidencia.com.br



FRAGA

Expectativas

O próximo inventor a ficar bilionário será o cara que criar um relógio da expectativa de vida. Todo mundo vai querer um, só não vai querer quem já morreu.

Claro, os melhores mercados estarão nos países com as taxas mais altas: Japão (88 anos!), Andorra (84,2) e Singapura (84). A taxa é tão animadora nessas regiões que cada indivíduo é bem capaz de usar um em cada pulso, só pra conferir se as taxas somam, se a expectativa dobra.

Compreensível essa tendência pelo bip-bip da longevidade. As pessoas irão ficar mais felizes e tranquilas em lugares onde o relógio não assuste com flutuações repentinas pra cima e pra baixo.

Como no Brasil, né? Lá vai você, marcador tinindo de expectativa (76,2!), em algum ponto da Região Sudeste. O dia límpido e o mostrador faísca de promessas. Até que o bip-bip do relógio alerta o cidadão no calçadão: 75... 74... 71... 59... 46! Peraí, 46 é a idade atual do portador! Apavorado, escuta uma voz às costas: – Passa o relógio ou morre. O rolex, não, o outro, esse faiscante aí.

O ladrãozinho põe o relógio, que continua a marcar cada vez menos sobrevida. Ele põe o relógio no ouvido, estranha o som cada vez mais baixo, mas não liga pros números, cada vez menores: 23... 22... 21... 18... 17, a idade exata do ladrãozinho.

Ele pensa em correr, mas o camburão já viu ele. Paralisado, vê os PMs chegarem. Um deles aponta pro pulso do moleque, que entrega logo. O PM põe o relógio, que sobe rápido até 39 e daí, devagar, avança até 67. O PM abre um sorriso. Ele sabe que as estatísticas conhecidas pela corporação ficam ali por 46 ou 47.

Enquanto isso, não longe dali, um camelô arma sua mesinha e espalha dúzias de relógios da expectativa. Atraída pelas cintilações da sobrevida, gente de todas as idades começa a comprar. Saem sorridentes, as taxas acima das suas expectativas pulsantes nos braços. Ninguém suspeita que sejam *made in China*. Quando algum marcar acima de 100, o entusiasmo vai tomar conta, até que venham reclamar que agora chegou a 162!

E assim segue o cotidiano: a tecnologia do relógio acompanha, sensível, os picos de riscos e sossego conforme a circulação. Nas favelas, os números não mentem jamais. Nos condomínios de luxo, pouco se nota a instabilidade dos relógios.

Mesmo com 76,2, a expectativa de vida nacional, as pessoas se frustram: cada vez que alguém demora a voltar pra casa é uma agonia. Angustiadadas, se indagam: quanto será que tá marcando o relógio do meu filho?

Se não me fio em quem estima 2 anos e 26 dias de expectativa de vida a mais que no ano passado, por que confiaria num relógio que dá nos nervos?



Ilustração: Sica

PROGRAMAÇÃO
ECARTAA agenda completa
em ecarta.org.br
e 51. 4009.2971

SHOWS

Porto Alegre | 18h | Entrada franca

Foto: Rodrigo Bragaglia

**18/12 – Denizeli Cardoso interpreta Nina Simone**

Local: na sede da Fundação Ecarta (Avenida João Pessoa, 943, Porto Alegre) – com a participação de, no máximo, 20 pessoas por ordem de chegada (São obrigatórios o uso de máscara e a apresentação do passaporte vacinal); com transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no Youtube.

EDITAL

Até 31/12 – Prazo de Inscrições para o Edital de Seleção de shows para o Ecarta Musical 2022.

ARTES VISUAIS

Porto Alegre | Entrada franca



Foto: Stela Pastore

Até 19/12 – Visitação à mostra **Grafar na luta pela cultura**, que reúne cem trabalhos de 22 cartunistas, com a temática Livros, Educação e Paulo Freire. A exposição tem a curadoria do cartunista Eugênio Neves.

Visitação: De terça a domingo, das 10h às 18h, com a aplicação de todos os protocolos de segurança, estabelecidos pelos órgãos competentes.

Local: Galeria Ecarta (Av. João Pessoa, 943, Porto Alegre).

28/12 – Inauguração da mostra **Casa Brasileira**, do artista pernambucano Sírio Braz.

Visitação: até 31 de janeiro de 2022.

CULTURA DOADORA

16/12, 19h – Doação de Órgãos e Transplante de Coração, painel com o médico Lucas Krieger Martins, coordenador do Departamento de Cirurgia do Instituto de Cardiologia, Ivana Facciol Pessato, gerente da Organização de Procura de Órgãos (OP07), e Aline Maske, transplantada de coração há dois anos e quatro meses, 31 anos. Transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no YouTube.



VERISSIMO

Meu Deus

*O ateísmo é aborrecido
como um mundo sem loiras*

As loiras se divertem mais, dizia um slogan publicitário, acho que de tintura para cabelos, anos atrás. Não sei se loiras naturais ou artificiais se divertem mesmo mais, sei que os cétricos se divertem menos.

Ser um cétrico na vida significa renunciar a tudo o que maravilha e consola os que acreditam. Minha reação ao que as pessoas estão dispostas a crer para que a vida e a morte tenham sentido, por mais irracional que seja, não é de superioridade intelectual: é da mais baixa inveja. Inteligente é quem descobre em uma ou mais das grandes cosmogonias religiosas, no guru mais próximo ou em qualquer ordenação do sobrenatural a explicação de tudo, burro é quem se priva dessas certezas. Não canso de contar que, quando fazia o horóscopo no jornal, nunca deixava de ler, no dia seguinte, o que eu mesmo previra para o meu signo. Já que o universo e a existência são coisas tão misteriosas que nenhuma explicação é mais ou menos provável do que outra, até um cétrico como eu poderia estar sendo usado, sem saber, para transmitir mensagens do céu.

Não acho uma boa que livros como os do Richard Dawkins e do Christopher Hitchens, que defendem o ateísmo, se transformem em best-sellers. Precisamos, isto sim, de livros de cétricos e ateus defendendo a hipocrisia, ou a necessidade de se crer no incrível para evitar niilismo e suores noturnos. Na falta de argumentos racionais para o antirraciona-



lismo, se pode dizer que o ateísmo não oferece nada parecido, em drama e beleza, com o grande circo místico das crenças e das narrativas religiosas, que, além de encantarem, ainda prometem a salvação – e não vamos nem falar no teto da Capela Sistina, que nenhum ateu faria igual. O ateísmo é aborrecido como um mundo sem loiras.

Para seguir meu próprio conselho, mas não ser completamente falso, declaro que escolhi, racionalmente, um Deus no qual acreditar. É o Deus das escrituras, mas não é o Deus de todo o mundo. É o que comandou o Dilúvio, para varrer com tudo o que existia na Terra e começar de novo. Portanto, um Deus com uma surpreendente característica humana, para um ser onipotente: a de reconhecer seu erro, levantar, sacudir a poeira, dar a volta por cima e começar de novo, como no samba. O Deus do Dilúvio é o Deus das dúvidas e do segundo pensamento. Um Deus com quem, decididamente, se pode conversar.

**Texto original de maio de 2014/ Acervo do autor*

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



Conheça a Cresol!

Vantagens de ser sócio:



Você tem voz ativa



Melhores taxas do mercado



Incentivo ao desenvolvimento local



Participação nos resultados

Nossas soluções financeiras:

Para você



Simplifique sua vida financeira com a gente!

- Conta corrente
- Recebimentos
- Cartões de Crédito: classic, gold, platinum e black
- Investimentos e aplicações financeiras
- Seguros de vida, automóvel e residencial
- Consórcios
- Cota Capital
- Previdência Privada
- Crédito rural
- Crédito para energias renováveis
- Diversas linhas de crédito

Para sua empresa



Quer ampliar seus resultados? A gente coopera com o seu negócio

- Cota Capital
- Cartões de Crédito e/ ou débito empresarial
- Consórcios
- Conta Corrente
- Crédito
- Investimentos e aplicações financeiras
- Máquina de cartões
- Seguro empresarial
- Sistema de cobrança online
- Investimento para agroindústria
- Financiamento para energia solar